



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1274/12	DATA: 18/09/2012
INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 19h21min	DURAÇÃO: 04h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h55min	PÁGINAS: 95	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO NERI – Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.
ANTONIO AGUIAR PATRIOTA – Ministro de Estado das Relações Exteriores.
MARCO AURÉLIO GARCIA - Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.
ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES - Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores.
PEDRO BARROS- Chefe da missão do IPEA em Caracas, Venezuela.
RONALDO CARMONA - Pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.
IVAN RAMALHO – Alto Representante-Geral do MERCOSUL.
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - Ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores.
REGINALDO MATTAR NASSER - Professor da PUC-SP.
MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Subsecretária-Geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores.
CRISTINA PECEQUILO - Professora da UNIFESP.
PAULO DANIEL ELIAS FARAH - Professor Doutor na USP.

SUMÁRIO: Seminário *Política Externa Brasileira: Desafios em um Mundo em Transição.*

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.



A SRA. APRESENTADORA (Letícia) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Damos início ao Seminário *Política Externa Brasileira: Desafios em um Mundo em Transição*, uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

O seminário tem o objetivo de promover uma discussão acerca das transformações atualmente em curso no cenário internacional e dos desafios e oportunidades que se colocam para o Brasil.

Durante os 2 dias de debates, espera-se que os participantes das universidades, institutos de pesquisas e outros centros tenham papel importante na elaboração de subsídios para uma agenda de políticas relacionadas ao tema.

Convidamos para compor a Mesa de abertura a Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Perpétua Almeida; o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota (*palmas*); o Sr. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, Marcelo Neri (*palmas*); o Sr. Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Prof. Marco Aurélio Garcia (*palmas*); a Sra. Pró-Reitora do Centro Universitário do Distrito Federal — UDF, Profa. Beatriz Maria Eckert-Hoff (*palmas*); e o Sr. Professor e Doutor da Universidade Católica de Brasília, Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros, neste ato representando o Reitor Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo. (*Palmas.*)

Convidamos todos os presentes para, em posição de respeito, ouvirem o Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional.*) (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia) - Convidamos a fazer uso da palavra a Sra. Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Boa tarde, senhoras e senhores. Para nós da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados é um prazer muito grande recebê-los. Aliás, temos a Casa cheia num período de quase recesso. No entanto, a sociedade brasileira, as instituições e a academia aqui presentes percebem que, apesar desse nosso quase



recesso, o tempo não para e o mundo está em constantes mudanças. Por isso a importância de realizarmos um evento como este.

Gostaria de agradecer aos senhores a presença. Peço desculpas pela ausência registrada de última hora do Presidente Marco Maia, que teve de sair da Casa por conta de uma emergência.

Agradeço especialmente ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. Sei que todo o Ministério das Relações Exteriores, todo o Itamaraty está na árdua tarefa de organizar a Assembleia Geral da ONU, e o Ministro escolhe este momento para estar aqui e prestigiar este debate tão importante.

Gostaria de agradecer também, com a mesma ênfase e o mesmo sentimento de gratidão, ao Ministro Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Assuntos Internacionais da Presidência da República, e ao Ilmo. Sr. Marcelo Neri, representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que, junto com a Comissão de Relações Exteriores, está organizando e realizando este Seminário.

Sras. e Srs. Parlamentares — que depois iremos nomear; Srs. Embaixadores — já temos aqui presentes mais de 50 Embaixadores e, na medida em que o Seminário for se realizando, faremos questão de registrar a presença de cada um; Sras. e Srs. Reitores de Universidades que compõem a Mesa e que fazem parceria; colegas do Instituto Rio Branco, universitários dos diversos cursos, brasileiros e brasileiras, há 10 anos a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, exatamente neste auditório, Seminário intitulado *Política Externa do Brasil para o Século XXI*. De agosto de 2002, quando foi realizado o Seminário, até a presente data, o Brasil mudou, mudaram os Governos, alterou-se a diplomacia internacional, realinhou-se em novos conceitos.

Assim, vale lembrar que a primeira década do Século XXI foi marcada pela guerra ao terror, pela ascensão chinesa e de seu território entorno asiático, pela mudança nos termos de troca em favor dos países produtores de bens primários, pela dinâmica extraordinária de crescimento entre 2003 e 2007, pela crise financeira sistêmica a partir do quarto trimestre de 2008 e pela recuperação do crescimento econômico dos países em desenvolvimento.



Esses fenômenos vêm sinalizando modificações estruturais no sistema econômico e político internacional, fruto da configuração de uma nova divisão internacional do trabalho.

A despeito da elevada concentração e hierarquização do poder e da riqueza, a divisão internacional do trabalho em curso cria condições para a emergência de novos agentes representativos no cenário internacional, tais como Brasil, Índia, Rússia, África do Sul e, especialmente, China. A crise internacional de 2008 parece não ter interrompido esse processo, mas sim reforçado tais tendências.

Nesse sentido, o sistema mundial encontra-se em ponto de inflexão histórica, em que convivem múltiplas dimensões econômico-produtivas e de organização da ordem internacional, ainda que a governança global permaneça unipolar, dado o poder econômico e militar dos Estados Unidos.

Faz-se ainda necessário compreender melhor as potencialidades e as ameaças que se colocam a um melhor reposicionamento do Brasil no novo sistema internacional que se configura. Essa discussão remete à compreensão dos instrumentos de que dispõe o Estado brasileiro para realizar sua política externa, ao mesmo tempo em que esta é fortemente influenciada pelas transformações atualmente em curso no sistema internacional.

É com esse espírito que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, realiza o seminário *Política externa brasileira: desafios em um mundo em transição*. O objetivo do presente seminário é promover a discussão pública acerca das transformações atualmente em curso no cenário internacional e dos desafios e oportunidades que se colocam para o Brasil.

Serão seis painéis, tratando dos seguintes temas: *MERCOSUL e a UNASUL: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana; O contexto geopolítico internacional e os desafios da política externa; A crise e reforma do sistema financeiro internacional; O Brasil e a geopolítica da energia; O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento; e ainda Ascensão da China: desafios para o Brasil.*

Acerca do primeiro tema, *O MERCOSUL e a UNASUL: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana*, tem-se por objetivo discutir o papel



dessas duas instituições centrais nas dinâmicas regionais e na política externa brasileira. O MERCOSUL, muito embora enfrente diversos obstáculos ao aprofundamento das relações entre seus integrantes, é um processo regional irreversível. No período de sua existência, o bloco logrou aprofundar as relações econômicas e políticas entre seus membros, assim como consolidou o perfil cooperativo das relações interestaduais no Cone Sul.

A UNASUL, cujo tratado constitutivo foi assinado em 2008, busca o estreitamento das relações entre todos os países da América do Sul, integrando, assim, o MERCOSUL, a Comunidade Andina de Nações, o Chile, a Guiana e o Suriname em um bloco único. A UNASUL possibilita o aprofundamento de relações cooperativas em diversos temas, como infraestrutura, educação, saúde, energia, financiamento do desenvolvimento, ciência e tecnologia, combate ao narcotráfico e defesa, entre outras questões.

A segunda mesa, intitulada *O contexto geopolítico internacional e os desafios à política externa brasileira*, busca debater os grandes desafios e oportunidades para o Brasil, que são advindos das atuais mudanças em curso no sistema internacional. Os Estados Unidos, por seu peso econômico, tecnológico e militar, certamente permanecerão como um país central nos rumos das relações internacionais nas próximas décadas. A União Europeia e seus países-membros, embora enfrentem uma crise de grandes proporções, também serão peças-chaves na nova ordem internacional.

Embora os Estados Unidos e o Japão, bem como a Europa, tendam a manter grande importância no cenário internacional, observa-se que o peso relativo do mundo emergente é crescente, processo atualmente responsável por transformar a ordem internacional.

Nesta Mesa, temos o Ministro Marco Aurélio Garcia, que, depois da abertura e da fala do Ministro Patriota, será um dos condutores do debate.

Na terceira etapa deste ciclo de palestras, o tema central é a crise internacional e as propostas de reformulação das instituições econômicas multilaterais, tendo em vista os impactos do colapso dos mercados financeiros em 2008 que se abateram fortemente sobre todos os países e ainda podem ser sentidos até hoje.



O quarto tema a ser debatido neste seminário é a posição do Brasil diante da geopolítica da energia. Com o surgimento, nas últimas décadas, de novos polos mundiais de crescimento econômico, sobretudo na Ásia e na América Latina, a questão energética passa a ocupar destaque cada vez maior na agenda política internacional.

Na quinta etapa deste seminário será discutido o papel desempenhado pelo Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Essa cooperação se refere aos recursos econômicos e humanos destinados pelo Brasil a outros governos e organizações internacionais, com o propósito de contribuir para o progresso econômico e social de suas populações.

Por fim, o sexto painel versará sobre a *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*.

Após três décadas de crescimento econômico contínuo, a taxas extremamente elevadas, o dragão chinês já se tornou a segunda maior economia do mundo e os impactos de suas decisões econômicas e políticas também se fazem sentir de forma cada vez mais intensa em nível global. São nítidos os reflexos positivos da ascensão chinesa para as economias ricas em recursos naturais, a exemplo do Brasil, cuja rápida expansão nas exportações de *commodities* para a China propiciou um longo ciclo de crescimento.

Senhoras e senhores, este é um momento que para a Câmara dos Deputados traz o debate do mundo e da atualidade.

Do último seminário até aqui foram dez anos de mudança do Brasil e da política externa brasileira. Por isso, a importância da presença de todos aqui.

Agradeço a todos a presença e declaro aberto o *Seminário Internacional sobre os Desafios do Brasil no Mundo Atual*. Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia) - Registramos e agradecemos as presenças dos Srs. Deputados Janete Rocha Pietá, Gonzaga Patriota, Alfredo Sirkis, Jô Moraes, Hugo Napoleão, Protógenes, Taumaturgo Lima, Eduardo Azeredo, Takayama.

Fará uso da palavra o Sr. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, Marcelo Neri.



O SR. MARCELO NERI - Boa tarde. É um enorme prazer estar aqui de volta a esta Casa, a Casa do Brasil.

Antes de tudo, saúdo o Sr. Ministro Antônio Patriota, o Sr. Marco Aurélio Garcia, a Sra. Deputada Perpétua Almeida, por meio da qual saúdo todos os presentes.

É uma satisfação para o IPEA apoiar e participar dessa atividade nesta Casa.

Esta não é um área que pertence ao meu conjunto de conhecimento. Sou um pesquisador da área social. Agora, estou à frente do IPEA.

Então, vou falar de uma perspectiva mais leiga das constantes mudanças que o País tem passado do que na visão de um especialista.

Outro dia, estava em um seminário com dois *scholars seniors*: Cândido Mendes e Hélio Jaguaribe. Perguntei a eles o seguinte: “É impressão minha ou o mundo está num ritmo de mudança muito diferente do que era antes?” Ao viver-se a cena acha-se que é uma impressão de quem está no meio do processo e conclui que realmente o mundo está mudando muito.

Acho que as mudanças que temos observado na frente externa estão bastante em sincronia com o calendário gregoriano das décadas, como as que ocorreram em 2001, quando o mundo sofreu uma inflexão muito grande a começar por *11 de Setembro*, data muito lembrada nos últimos dias, pela importância do acontecimento. Acho que *11 de Setembro* está para o mundo de hoje como o Cavalo de Tróia esteve em outros tempos. A diferença é que assistimos ao vivo e em cores a todos esses acontecimentos. Eles nos marcam muito mais profundamente do que ouvir histórias por outras pessoas.

Então, acho que essa é uma marca do nosso tempo. Isso não diz muito respeito a nós enquanto País, mas diz respeito a nós enquanto parte do mundo.

O que está mais diretamente relacionado a nós como País é a constituição dos BRICs. Em 2001, foi criado esse termo a partir das iniciais dos países. Entramos como um grupo de grandes países emergentes. À época, eu, particularmente, nem achava que o Brasil merecia tal honra. Talvez, a Turquia merecesse mais do que o Brasil. BRICs parecia algo mais sólido do que “TRICs”. O fato é que participamos e depois fizemos jus ao nome.



Acho que essa visão dos BRICs é algo que tem enriquecido muito. Diferentemente das visões de blocos de comércios e outros aspectos, que são muito importantes, por questão de segurança relativamente aos vizinhos, *etc.*, os BRICs nos forçam a conhecer grupos, pessoas e países muito distantes, que tínhamos pouco conhecimento até então. Eu, que no caso não atuo na área de política externa, tive oportunidade, nos dois últimos anos, de visitar todos os BRICs nessa troca de conhecimento, como política social, bolsa família, e outras políticas. Então, é um exemplo de trocas muito efetivas.

Acho que os BRICs são interessantes, primeiro, porque são poucos países que congregam 40% da população mundial e, na minha área, é metade dos povos do mundo. Então, se quisermos pensar em termos de combater a pobreza mundial, esses são os países mais importantes. Metade da pobreza mundial está reunida nesses países. É um grupo pequeno, cabe em uma mão. Nessa mão, conseguimos falar sobre grandes grupos de diferentes grandes grupos da humanidade. Temos representante da Índia, da China, da África, do Velho Continente, da Rússia — talvez, falte alguém do Oriente Médio para compor esse quadro — e nós, membros integrantes do Novo Mundo.

Então, acho que os BRICs têm sido uma fonte de trabalho e de experiências práticas muito importantes. Acho que o Brasil se insere nesse grupo de maneira bem diferente.

Se considerarmos os BRICs como dois terços dos países do mundo, a desigualdade interna desses países tem aumentado. E a desigualdade no Brasil tem caído numa velocidade nunca antes observada nas nossas séries históricas, que não são tão distantes, pois começam 1960. Mas a desigualdade, desde 2001, que é um marco também nas séries de desigualdades brasileiras — vem caindo. Basta dizer que, por exemplo, os 20% mais ricos do Brasil crescem menos do que qualquer outro país do BRIC, qualquer um deles. Contudo, os 20% mais pobres do Brasil crescem mais do que qualquer outro país do BRIC, mesmo a China. Essa já é uma disputa mais apertada. Então, o Brasil é muito diferente dos outros países do BRIC pela tendência de desigualdade.

Acho que o Brasil é um País interessante do ponto de vista internacional, para minha surpresa, e talvez também para os senhores. O Brasil acaba sendo uma boa



média do mundo. Se compararmos a desigualdade mundial e a desigualdade brasileira, veremos que são muito parecidas. E não só a desigualdade, a renda média brasileira ajustada pelo custo de vida é muito próxima da renda média mundial. O Brasil é uma boa maquete do mundo, apesar de ainda sermos muito desiguais. Ele sintetiza bem isso.

Foi feito estudo recente sobre a inclusão digital do Brasil e verificou-se que é muito próxima da média mundial. Então, o Brasil é um pouco um resumo do mundo na sua diversidade interna.

Para terminar, um tema que acho que aprendi ao ouvir as falas dos diplomatas e das pessoas das relações exteriores.

Na minha opinião, o Brasil nunca vai poder comparar-se — e falo isso até com certa tristeza — à China ou à Índia relativamente ao seu poder econômico. Trata-se de questão de tamanho, de escala física e populacional.

Acho que a grande força do Brasil é simbólica. O que se usa na área é o *soft power*, é o exemplo, é aquele povo que talvez não seja tão poderoso, mas é admirado, é gostado. Eu acho que isso é muito o fruto dessa tradição de diplomacia brasileira, que há tantos anos, pelo menos desde a criação das Nações Unidas, tem esse papel, essa visão.

Recentemente, olhando os dados brasileiros, eu descobri por que esse termo, criado há 70 anos: “o país do futuro”; por que somos vistos dessa forma — e, às vezes, até gozados porque sempre seremos o país do futuro. A última década mostra que estamos de fato cumprindo o nosso destino. Se, numa comparação de 158 países, e fizemos esse levantamento em cima de uma base de dados internacional, for pedida à população uma nota de zero a dez pela sua satisfação, o que se espera ter daqui a 5 anos — uma pergunta simples e direta, de zero a dez, o Brasil, em todas as cinco vezes que essa pesquisa foi feita, foi o país que apresenta o maior nível de felicidade reportada para o mundo; no último é 8.7. Então, isso capta um pouco esse espírito brasileiro: brasileiro, profissão: esperança. Eu acho que é esse o papel que a diplomacia brasileira, com muita habilidade, consegue: mediar conflitos, seguindo essa espécie de caminho do meio.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de o IPEA participar desse grande evento, e coloco o Instituto à disposição de causas como essa.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia) - Convidamos para integrar a Mesa o Sr. Diretor do Campus da Universidade Paulista — UNIP, Dr. Pedro Paulo de Moraes. (*Palmas.*)

Ouviremos agora o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que proferirá a palestra intitulada *A Política Externa Brasileira no Atual Contexto Geopolítico Internacional*.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Muito obrigado.

Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Deputada Perpétua Almeida pela organização deste seminário; agradecê-la pelo convite para participar desse segmento. Na verdade, eu valorizo muito essas vindas ao Congresso, às vezes em diferentes situações. Mas nos últimos meses, na verdade, eu tenho estado aqui com alguma frequência. Visitei a Comissão de Relações Exteriores do Senado e a da Câmara, e agora volto para esse seminário, com esta mesa aqui de abertura tão ilustre.

Queria saudar o Presidente do IPEA, parabenizá-lo por ter assumido essa importante posição, o Prof. Marcelo Neri; o meu colega e amigo Prof. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais; a Pró-Reitora do Centro Universitário do Distrito Federal, Profa. Beatriz Maria Eckert-Hoff; o Prof. Pedro Paulo Moraes, da Universidade Paulista; o Prof. Antônio Paulo Cachapuz Medeiros, da Universidade Católica de Brasília, nosso consultor jurídico, muito apreciado no Itamaraty, representando aqui o Reitor Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo; Srs. Parlamentares; Srs. Embaixadores — o corpo diplomático em peso está representado aqui —; colegas do Itamaraty; jornalistas; demais presentes. A sala está cheia. Acaba de chegar o ex-Secretário-Geral Samuel Pinheiro Guimarães; temos aqui o atual Secretário-Geral, Embaixador Rui Nogueira. Estamos em companhia de muitos diplomatas ilustres.

Na verdade, esse seminário reflete o interesse crescente — e acho que a importância crescente também — para a classe política brasileira e para a opinião pública brasileira dos temas de política externa, e isso em função de uma palavra que a Deputada Perpétua usou muito na sua intervenção, que é “mudança”. As coisas estão mudando. Estão mudando muito, em primeiro lugar, no Brasil, o que



nos dá a possibilidade de uma atuação na política internacional de que nunca gozamos antes, principalmente pelo fato de sermos uma economia, a sexta maior economia do mundo que cresce com estabilidade, sem inflação, com o nível de reservas sem precedentes, quase 400 bilhões de dólares, praticamente pleno emprego; a situação de emprego, em comparação com outros países, pode ser considerada muito positiva, e tudo isso com redução de pobreza, com redução de desigualdade, e talvez mais importante ainda assinalar nesta Casa, em plena e vigorosa democracia, em pleno ambiente democrático.

Não é pouco você conseguir reconciliar tudo isso, e, ainda por cima, consciência ambiental, ênfase na importância da preservação do meio ambiente. Foi muito essa mensagem, esse perfil que, por sinal, nós manifestamos, e conquistamos certa liderança em temas como o do desenvolvimento sustentável, que reuniu o mundo, praticamente, no Rio de Janeiro, há 2 meses, 3 meses.

Mas se o Brasil está mudando, isso amplia nossa possibilidade de atuação internacional, o mundo por si só está mudando muito também. A Deputada Perpétua disse que o mundo continua unipolar. É um debate interessante, porque em alguns aspectos de fato existe unipolaridade, quando olhamos para o orçamento militar norte-americano, que corresponde praticamente à soma de todos os demais orçamentos militares, ou para o PIB norte-americano, que ainda é muito mais elevado do que o segundo colocado. Mas eu acho que, por um tipo de definição, o mundo não é mais multipolar. É um critério mais ou menos simples, às vezes difícil de ser aplicado, mas que as pessoas intuem. É que nenhuma potência, por mais poderosa que seja, militar e economicamente, consegue orientar os debates, as decisões internacionais por si só. Isso está ficando cada vez mais difícil. Até mesmo uma intervenção como a que ocorreu em 2003, que não contou com o aval do Conselho de Segurança, mas que naquela época ficou por isso mesmo, e a intervenção foi à frente, eu acho que hoje em dia seria muito mais difícil. Isso já é um sintoma dessa multipolaridade, ou seja, outros polos, alguns já bastante bem estabelecidos, como os países europeus, a própria União Europeia, o Japão, mas com alguns emergentes, e dentre os emergentes existem aqueles que já foram polos no passado, como a Rússia, sob a forma da União Soviética, ou mesmo a China, num passado mais remoto, todos esses países participando de um processo



de transformação acelerado e que representa um desafio, mas também para o Brasil, acho, representa uma grande oportunidade.

Eu costumo comentar em palestras desse tipo que habitantes contemporâneos da terra presenciarão um fenômeno raro. A última vez que aconteceu foi no fim do século XIX, um pouco assim como esses cometas que passam pelo céu e que só são vistos a cada cento e tantos anos, que é a ultrapassagem de uma potência por outra para se transformar na primeira economia mundial. Desde o fim do século XIX nós assistimos a esse fenômeno e, no entanto, segundo previsões do FMI, antes do fim desta década a economia chinesa poderá ter um PIB maior do que a economia americana. Isso aí em si mesmo já é um fenômeno muito inusitado, e o curioso é que algumas dessas previsões têm sido até corrigidas ultimamente para serem antecipadas. Fenômenos que se acreditavam que iam ocorrer daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos, de repente nos damos conta de que estão acontecendo até com maior celeridade.

Em face das mudanças no Brasil e no cenário internacional, o que nós constatamos é uma ampliação da presença internacional brasileira, que pode ser descrita tanto em termos quantitativos como qualitativos. Todos vocês estão acostumados a ouvir que nós aumentamos consideravelmente o número de embaixadas no Brasil, no mundo. Estamos entre os países com o maior número de embaixadas estrangeiras na nossa capital, e aqui a presença em massa do corpo diplomático hoje atesta esse fenômeno. São 228 repartições subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores no exterior, isso incluindo cerca de 140 embaixadas, missões junto a organismos internacionais, consulados e vice-consulados, o que fala por si mesmo; também o aumento do quadro de diplomatas tem sido significativo — embora tenhamos diminuído este ano, acho que já estamos nos dando conta de que a demanda por diplomatas para preencher todos os espaços que estão sendo abertos é grande, e teremos, provavelmente, que aumentar novamente a partir do ano que vem. Mas há um fenômeno qualitativo, também, que está relacionado a essa transformação do perfil do Brasil.

O Brasil é um país que consegue articular o desenvolvimento econômico, social, ambiental, políticas sociais, desenvolvimento agrícola com o seu potencial territorial na economia, na agricultura, na indústria, em outras áreas de sempre. Mas



hoje ele está sendo muito demandado como fonte de conhecimento para políticas públicas em diferentes áreas, para desenvolvimento de políticas sociais, sem falar também em setores de alta tecnologia em que se sobressai, e de forma crescente. E tudo isso gerando uma capacidade de influenciar debates, de articular ideias, de propor novas coalisões, o que tem sido feito com alguma criatividade.

Aliás, nesse ponto, o atual Governo não faz mais do que levar adiante e aprofundar algumas iniciativas que vieram do Governo do Presidente Lula, quando era Ministro o Ministro Celso Amorim: a própria ideia da UNASUL; as cúpulas que reúnem a América do Sul e o mundo árabe, a América do Sul e a África; o IBAS, que é aquele grupo trilateral que reúne as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento: Brasil, África do Sul e Índia.

Também nos distinguimos hoje porque vivemos um momento de crises tanto no plano econômico quanto no político. A crise econômica surgiu em 2008 e hoje adquire contornos mais europeus, com epicentro na Zona do Euro, mas ainda desafiando a comunidade internacional no que se refere à adoção de políticas que promovam crescimento sem tensão, sem polarização, sem exclusão.

Nesse contexto, não deixa de ser surpreendente e extraordinário, até certo ponto, que um País como o Brasil se distinga justamente pela continuação do crescimento; talvez um crescimento não a taxas tão elevadas como nos últimos anos, mas com perspectiva de ser retomado em taxas elevadas. E, quando olhamos para a América Latina de um modo geral, ela continua crescendo a taxas mais elevadas do que a média, pleno emprego, oportunidade e progresso social, isso no contexto em que vemos no mundo desenvolvido não só o baixo crescimento como também o recrudescimento do fenômeno da pobreza, que está aumentando em vários países desenvolvidos, a perda de benefícios sociais, fenômenos que não deixam de nos chamar atenção como fenômenos que aqui estamos superando, e nos surpreende que em outros lugares estejam se transformando em sintoma de crise social e econômica.

Mas a crise também é política, quando nós observamos o que ocorre em lugares como o Oriente Médio, em particular o norte da África. Quando eu digo crise aqui, não deixo de salientar também todo o aspecto promissor da turbulência associada ao fenômeno da Primavera Árabe. Promissor porque sopram ventos de



liberdade, de busca de melhor organização política, de processos mais inclusivos, de maior liberdade de expressão, maior oportunidade econômica.

Mas, infelizmente e nem sempre, esse movimento — que é o movimento ao qual nos solidarizamos plenamente, que apoiamos e que, certa maneira, faz eco àquilo que nós vivemos aqui na América Latina e no Brasil, durante décadas não tão distantes — tem dado lugar também à violência, à ruptura e a fenômenos que nos preocupam, inclusive com o uso da força, intervenções que, às vezes, por mais bem intencionadas que sejam, acabam por gerar efeitos colaterais preocupantes e disseminar até mesmo a instabilidade em países vizinhos.

O que nós estamos procurando fazer, durante esse período — e aqui eu olho mais para um horizonte temporal imediato, talvez o ano de 2012, em que também haverá muita mudança: a eleição nos Estados Unidos, a eleição na Venezuela — vejo aqui o Embaixador da Venezuela na plateia —, outros fenômenos eleitorais ou de troca de poder importante, como na China, que nós devemos vivenciar muito em breve —, é, no fundo, aproveitar este momento, que é um momento positivo para o Brasil, um momento de afirmação do que o Brasil representa no cenário internacional, e investir numa ação diplomática que realmente procura atender a todas as agendas possíveis, a todas as regiões do mundo, e com um foco, como não poderia deixar de ser, na nossa região.

Fico satisfeito em ver que, dentre os diferentes painéis, haverá um dedicado especificamente ao MERCOSUL e à UNASUL, além de outros sobre contexto geopolítico, energia, a China, que é um participante crescentemente importante não só para o mundo, como para nossa região e para o Brasil, e a cooperação internacional.

Mas, sem descuidarmos dessa prioridade regional que se reflete numa atenção especial ao MERCOSUL e à UNASUL, em particular ao nosso continente sul-americano, estamos muito atentos às relações bilaterais com os atores extrarregionais, sobretudo nesse contexto de evolução multipolar, e aí dando atenção tanto aos polos tradicionais. As próprias viagens da Presidenta Dilma refletem a atenção que foi dada, por exemplo, à parceira estratégia com a União Europeia, com a viagem a Bruxelas em outubro do ano passado, a importância dada à relação com os Estados Unidos, com o recebimento do Presidente Obama e, este



ano, a visita muito substantiva aos Estados Unidos, com a ampliação da nossa agenda em temas como inovação, ciência e tecnologia, a participação crescente de estudantes brasileiros também nesses países. Ou seja, atenção aos povos tradicionais e com os quais o Brasil já tem uma relação histórica mais longa, e também aos povos emergentes.

E aí surge, em particular, o grupo dos BRICS, ao qual se referiu o Prof. Neri. Os BRICS, segundo algumas projeções — aí elas variam, mas eu chequei duas ou três —, a partir de 2025 ou talvez até 2030, já terão ultrapassado o G-7, ou seja, as potências tradicionais, em termos de PIB. E tendo presente também, como aliás mencionava o Prof. Neri, que, dentro dos BRICS haverá um polo asiático muito poderoso. Só Índia e China, quando os BRICS ultrapassarem o G-7, conformarão cerca de 40% do PIB dos BRICS. Isso aí representa também uma mudança geopolítica da maior relevância para o mundo e para o Brasil, porque nós não estamos acostumados com um mundo centrado com o seu dinamismo na Ásia.

Aliás, fato também interessante, curioso e que representa certa ruptura com o cenário ao qual nós estamos acostumando: o centro dinâmico da economia internacional, os países BRICS, não serão países com renda *per capita* mais elevada do que outros países que são potências tradicionais. Ou seja, haverá dinamismo, poder econômico, sim, na Índia, na China, na Federação Russa, na África do Sul, no Brasil e na América Latina, mas serão países de renda média em função da persistência de pobreza, como dizia o Presidente do IPEA, em todos esses países.

Para um pouco ilustrar aquilo que está sendo realizado e que nos propomos a fazer não só na nossa região, mas nessas outras relações extrarregionais e até mesmo naquilo que eu consideraria uma atuação sistêmica, de fortalecimento do multilateralismo, de fortalecimento da presença do Brasil nos grandes debates sobre economia, paz e segurança, meio ambiente, comércio nos organismos internacionais, eu falaria um pouquinho desses diferentes capítulos, começando pela situação aqui do MERCOSUL e uma breve referência àquilo que foi objeto das duas visitas ao Senado e à Câmara nessas últimas semanas: a suspensão do Paraguai do MERCOSUL, que esperamos temporária e breve, em função daquilo que foi coletivamente considerado como uma ruptura da ordem democrática. E, como os



senhores sabem, o Protocolo de Ushuaia, que defende a democracia no MERCOSUL, ao qual todos os países integrantes subscrevem, determina que a plena vigência democrática, como não poderia deixar de ser, é um elemento essencial para o aprofundamento da integração.

Acho que é importante sublinhar esse aspecto porque foi a presença e o enraizamento da democracia na nossa região que permitiu que passássemos a nos dedicar ao processo de integração regional com esse afinco que tem caracterizado o trabalho relacionado ao MERCOSUL nos últimos 20 anos, o trabalho relacionado à UNASUL também.

Eu gostaria de deixar claro e insistir no fato de que os membros do MERCOSUL decidiram desde o início não adotar nenhuma atitude em relação ao Paraguai que representasse prejuízo à população e à economia paraguaia. Isso ficou claro nas manifestações individuais dos países e do Brasil, muito particularmente, em nota à imprensa divulgada poucos dias depois do processo de júízo político em Assunção e também nas próprias manifestações coletivas do MERCOSUL e da UNASUL.

Com isso, o comércio continua se desenvolvendo, os contatos entre os setores privados e os projetos de cooperação e, muito especificamente, os benefícios do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL — FOCEM, que continuam sendo canalizados para projetos no Paraguai, alguns estruturantes e fundamentais, como aquele, já em execução, de construção de uma linha de transmissão elétrica entre Itaipu e a cidade de Vila Reis, perto de Assunção.

Durante a nossa presidência *pro tempore* do MERCOSUL, que deverá ir até o fim deste semestre, estaremos dedicando especial atenção à plena incorporação da Venezuela ao MERCOSUL, incorporação que juridicamente já é um fato. Desde o dia 12 de agosto, a Venezuela tornou-se membro pleno, inclusive do ponto de vista jurídico, do MERCOSUL. No entanto, ainda requer certo trabalho para que a Venezuela adote plenamente a normativa do MERCOSUL, complete o processo de liberalização comercial entre os membros e a adoção da tarifa externa comum e se associe plenamente aos exercícios negociadores do MERCOSUL com terceiros países.



Acho importante salientar a relevância econômica e comercial, o peso específico da Venezuela como a quarta maior economia da América do Sul, uma potência energética, um mercado importante, como sabemos. Mas há também o fato de que, com a Venezuela no MERCOSUL, este passará a ir da Patagônia ao Caribe, ou seja, não é unicamente um agrupamento de países do sul da América do Sul. Eu acho que isso tem uma relevância especial também para um país com as dimensões do Brasil.

Frequentemente, tem-se a impressão de que os Estados do sul do Brasil sentem-se mais comprometidos com o MERCOSUL do que os Estados do norte. Agora, com a Venezuela no MERCOSUL, fica muito claro que para Roraima o MERCOSUL se tornará cada vez mais importante, para o Nordeste, a Amazônia, Estado do Acre, inclusive. Eu creio que isso é um novo horizonte que se abre, com novas oportunidades econômicas, comerciais, e fortalecimento do caráter político do MERCOSUL como âncora da integração regional.

Quero comentar brevemente alguns dos objetivos e algumas das ideias que nós vamos desenvolver como presidência *pro tempore* do MERCOSUL durante este semestre. Está aqui o Embaixador Antônio Simões, nosso coordenador, com quem trabalho de forma muito intensa neste processo. Está aqui o Ivan Ramalho também, que eu saúdo como o novo representante do MERCOSUL, numa nova posição, substituindo o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Essa presidência *pro tempore* vai procurar inovar em várias direções. Vamos dar ênfase especial à cooperação à ciência, tecnologia, inovação e capacitação de recursos humanos, olhando para a questão da competitividade das nossas economias. Quando nós olhamos para as vantagens comparativas da região, que são inúmeras — desempenho da agricultura, abundância de energia, abundância de água e recursos humanos —, não há dúvida de que os desafios são consideráveis. Um dos desafios de que mais conscientes estamos hoje em dia é o de fazermos em face de uma competição cada vez mais acirrada de outras economias, em particular da Ásia, mas também do mundo desenvolvido. Sem investimento ambicioso em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil individualmente, a nossa região em particular, teremos dificuldade em nos afirmarmos como polo de crescimento com alto desempenho em todo o espectro da produção econômica.



Para desenvolver essa agenda, parece-nos que é fundamental olharmos para a juventude, para a situação em que se encontra a educação nos nossos países. Estamos examinando a possibilidade de levar a cabo um programa reforçado de mobilidade acadêmica, inspirado, até certo ponto, no Programa Erasmus, estabelecido pela União Europeia, que concede bolsas de estudo aos participantes durante um período que vai até 1 ano.

Queremos criar centros de excelência no MERCOSUL em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação; interconectar nossas redes de pesquisa; capacitar um número crescente de jovens em áreas de tecnologia da informação. Enfim, há toda uma agenda: ciência, tecnologia, inovação, juventude, educação, interligadas.

Estamos também lançando um olhar renovado sobre a importância das pequenas e médias empresas, a importância de aproximar os setores privados dos nossos países. Quando os países-membros do MERCOSUL se encontram nas reuniões de cúpula, não costuma haver evento empresarial. Isso não deixa de ser algo um pouco surpreendente, porque costumamos organizar eventos empresariais em inúmeras outras situações. Mas gostaríamos justamente de sanar essa lacuna e dar atenção especial à aproximação entre os empresários do Brasil, Argentina e demais membros do MERCOSUL. Aliás, um evento importante, reunindo o empresariado do Brasil e da Argentina, especificamente, deverá ocorrer agora no mês de novembro, que em si mesmo poderá lançar as bases de um olhar de mais médio e longo prazo sobre a integração de cadeias produtivas e de projetos de integração estruturantes entre as duas principais economias da América do Sul.

Quando falamos de MERCOSUL, é importante lembrar que ele está atraindo também, por sua vez, cada vez mais, o interesse de outras regiões do mundo, de outras uniões aduaneiras e regiões de livre comércio, ou mesmo de países individuais. Não estamos indiferentes a esse movimento. A propósito, em face de certa, senão total, paralisia nas negociações da Organização Mundial do Comércio, acho que se torna mais importante procurarmos avançar em processos negociadores de vantagens comerciais, com parceiros como a União Europeia. Recentemente, foi decidido em reunião da CAMEX que nós retomaremos as conversas com a União Europeia, após uma consulta ao setor privado brasileiro, que nos atualize sobre as prioridades, as preocupações, sobretudo, do setor industrial



brasileiro, tendo em vista os potenciais ganhos desse acordo e os riscos inerentes à paralisa — esse é um ponto que eu gostaria de sublinhar.

Se não fizermos nada, outras regiões que estão se coordenando e se mobilizando, negociam acordos de livre comércio. Para países de renda média, como o Brasil, nós estamos sob a perspectiva de perdermos vantagens comerciais no mercado europeu, com o fim do Sistema Geral de Preferências Europeu, até 2014.

Andar para frente é quase uma exigência, para não perdermos terreno. Ficarmos parados não significará ficar no lugar onde estamos, significará andar para trás.

Da mesma forma, devemos levar adiante nossas conversas com o Canadá. O Canadá é um país que, quando começou a debater a possibilidade de acordo de livre comércio com o MERCOSUL, veio com um modelo preestabelecido, o modelo NAFTA, que nos parecia inaceitável, com a ideia de disciplinas que iam além das negociadas na OMC para aspectos como propriedade intelectual, investimentos e outros compromissos governamentais. Hoje, no entanto, contempla a possibilidade de um acordo, digamos assim, mais feito sob medida com os parceiros do MERCOSUL e, mais uma vez, com ganhos potenciais muito importantes, especialmente numa área como a agricultura, para os países da América do Sul.

Da mesma forma, foi debatido na reunião da CAMEX o prosseguimento da negociação MERCOSUL-União Europeia, decidimos com o Canadá levar essa conversa adiante, com uma consulta ao setor privado.

Inúmeras outras iniciativas estão em curso, algumas já mais avançadas, outras mais incipientes, outras de revisão de acordos já negociados. Por exemplo, em relação à Índia, já temos um acordo de preferências fixas — MERCOSUL-Índia — e estamos debatendo a possibilidade de aprofundá-las. Foram negociados acordos com Israel e Palestina. Ambos os acordos estão sendo objeto de exame, de modo a torná-los plenamente operacionais. Os países da União Aduaneira do sul da África têm grande interesse em aperfeiçoar os entendimentos comerciais já existentes entre o MERCOSUL e essa região. O Japão tem manifestado interesse numa aproximação. A China, aliás, hoje é o primeiro ou segundo parceiro comercial de quase todos os países da América do Sul. Isso, em si mesmo, é uma mudança



estratégica de alcance verdadeiramente histórico. Durante a última cúpula do MERCOSUL, em Mendoza, foi objeto de uma declaração específica que estabelece um programa de fortalecimento da cooperação econômica e comercial, em que temos de examinar com muito cuidado as vantagens, as oportunidades e os desafios que essa presença maior chinesa representa para a nossa região.

Sei que no segmento seguinte, o Embaixador Simões, o Prof. Marco Aurélio e outros terão a oportunidade de falar em mais detalhes sobre MERCOSUL, UNASUL e os processos de integração. Mas, ao falar da América do Sul e da UNASUL, eu queria salientar o fato de que hoje a América do Sul se posiciona no cenário internacional como região com características realmente únicas. É a única região do mundo em desenvolvimento onde todos os governos são democraticamente eleitos. Não apenas isso: apesar dos desafios e eventuais rupturas de ordem democrática, que esperamos sejam sanadas com a brevidade possível, todos os governos procuram reduzir as desigualdades, promover o progresso social, o que, por sua vez, é um elemento de aperfeiçoamento da democracia, na medida em que historicamente, como todos sabemos, amplos segmentos das sociedades sul-americanas eram excluídos da possibilidade de participar mais ativamente das decisões políticas. Isso faz com que a América do Sul seja uma região *sui generis*, mas, quando acrescentamos a isso o fato de ser uma região livre de armas de destruição em massa, como, aliás, toda a América Latina e a África, e de ser também uma região que conhece agora, com o anúncio das negociações na Colômbia entre o governo e as FARC, a perspectiva de uma plena pacificação, eu acho que nós podemos ser muito otimistas sobre o futuro da América do Sul.

Lembro aqui que o Brasil também, entre os BRICs, tem a circunstância muito especial e muito alvissareira de encontrar-se no entorno da paz e da cooperação. Esse não é, necessariamente, nosso mérito, é um dado da realidade, da evolução histórica da nossa região, mas basta olharmos para o sul da Ásia ou para o Oriente Médio para vermos que outros BRICs estão em entornos regionais muito mais problemáticos. Isso, creio, aumenta nossa responsabilidade com o país que representa mais da metade do território sul-americano, uma crescente proporção do PIB da metade da população, nossa responsabilidade na condução não só, com



muita persistência e perseverança, mas com a liderança do exemplo desse processo de integração regional.

Para falar um pouco do resto do mundo — eu não quero tomar tempo demasiado —, eu começaria lembrando que o Brasil está cada vez mais no mundo, mas o mundo também está cada vez mais no Brasil, não só pela presença de um número crescente de representações diplomáticas aqui em Brasília, mas também, neste ano, muito especialmente, em razão da Rio + 20, que é considerada a mais inclusiva e participativa conferência já realizada pelas Nações Unidas. Isso é fonte de alegria e de satisfação. É um fato que pode nos dar a satisfação de podermos organizar um evento dessa magnitude, não só organizá-lo logisticamente, mas também ser capaz de produzir resultados.

Invariavelmente, os resultados dessas grandes conferências podem ser apontados por insatisfatórios por diferentes interlocutores. A sociedade civil, as organizações não governamentais em particular têm esse papel mesmo, porque através da cobrança delas é que os Governos são instados a fazer mais e melhor.

Mas eu posso lhes assegurar que tenho recebido — e sei que a Presidenta Dilma também — manifestações numerosas e enfáticas de um segmento muito representativo da comunidade internacional satisfeito com os resultados do documento acordado no Rio de Janeiro: *O Futuro que Nós Queremos*. É um documento inovador em muitos aspectos e que coloca a erradicação da pobreza no centro do desenvolvimento sustentável.

Até pouco tempo atrás, a ideia de que uma atenção especial tinha que ser dedicada à erradicação da pobreza pelos governos. Não vinha naturalmente nos documentos das Nações Unidas, pelo contrário. Eu me lembro muito bem, quando era mais jovem, daquela ideia de que primeiro tínhamos que crescer para depois distribuir os benefícios do crescimento e que seria um processo desse tipo que levaria ao progresso social. E hoje essa tese pode ser considerada sepultada com o documento final da Rio+20.

Além disso, é um documento que aponta para uma intensa agenda de trabalho nas Nações Unidas nos próximos anos, com a negociação de objetivos do desenvolvimento sustentável, com a criação de um fórum de alto nível para o desenvolvimento sustentável.



Como os senhores sabem, hoje em dia, as questões econômicas, sociais e ambientais são tratadas pelo sistema Nações Unidas de forma estanque, sem haver necessariamente uma comunicação, uma sinergia entre esses três aspectos, considerados cada vez mais como integrantes de uma única realidade e a exigir estratégias únicas.

Enfim, olhamos para o futuro nas Nações Unidas como um ambiente multilateral em que o desenvolvimento sustentável poderá ser abordado de maneira mais sincrônica, mais sinérgica, o que também será um progresso.

Quero lembrar também alguns dos importantes eventos da agenda internacional da Presidenta durante este ano de 2012, tanto alguns que já ocorreram, como alguns que ainda ocorrerão. Ela esteve em Cuba e no Haiti no início do ano, dois países importantes onde o Brasil desempenha papel de diferentes tipos. No Haiti, como os senhores sabem, sob o mandato das Nações Unidas, é o Brasil que com maior número de tropas contribui para o esforço de estabilização daquela Nação, que permanece a mais pobre das Américas e, depois do terremoto de 2010, enfrenta desafios consideráveis, mas já hoje está encontrando um nível de estabilidade política que nos permite antever — e cada vez se fala mais disso —, uma saída gradual das forças de paz da ONU que estão lá posicionadas.

Eu tenho conversado com a Deputada Perpétua também sobre algum impacto migratório que atinge o Acre. Nós abrimos aqui uma janela de imigração especial para o Haiti, da qual cerca de 800 haitianos lançaram mão. Mas isso não conseguiu ainda reduzir completamente a imigração indocumentada — chamemos assim — pelo Peru. Enfim, apesar desses pequenos desafios, temos grande confiança na estabilidade e na capacidade do Haiti de voltar a encontrar o caminho do progresso institucional, econômico e social.

Cuba é uma nação com a qual temos hoje, inclusive, importantes projetos de infraestrutura, além do diálogo político e da cooperação diplomática.

A Presidenta visitou também a Alemanha. Acho que foi uma visita bastante emblemática do tipo de agenda internacional que ela tem conseguido imprimir, porque participou, em Hannover, do principal evento internacional na área de Tecnologia da Informação. Então, conseguimos aliar uma visita bilateral à principal economia europeia — Europa é um parceiro estratégico do Brasil — e, além disso,



com ênfase em um segmento que atrai especial atenção hoje em dia, o da ciência da tecnologia da inovação, com essa vertente também de cooperação na área educacional e participação de um número crescente de estudantes brasileiros em universidades alemãs.

A Presidenta realizou uma visita oficial a Índia também, um ator de primeira relevância, com o qual compartilhamos inúmeros projetos, inclusive na área de reforma das Nações Unidas, mas também no grupo BASIC, que se reunirá esta semana aqui em Brasília, o grupo de países Índia, Brasil, China e África do Sul, que coordenam em relação à mudança do clima e com o qual temos também crescentes laços de comércio e investimentos.

A visita aos Estados Unidos, como eu mencionei, foi caracterizada também por uma ampliação da agenda. Foram criados novos mecanismos de coordenação, inclusive na área de defesa, que era algo que não acontecia desde que o Brasil denunciou um acordo de cooperação na área militar durante o Governo Geisel. Isto numa situação inteiramente diferente, é óbvio. Hoje em dia o Brasil é uma plena democracia e um país tratado de igual para igual, numa relação que amadurece crescentemente.

A visita à Universidade de Harvard e ao MIT também sinaliza esse interesse na cooperação acadêmica educacional. E, mais recentemente, a visita a Londres, no contexto da Abertura dos Jogos Olímpicos... Temos cooperado de maneira acho que muito inovadora — alguns dizem que sem precedentes — com o Reino Unido, na busca da maximização dos ganhos da experiência inglesa na organização dos Jogos Olímpicos aqui, aproveitando para aprender com os acertos e eventuais equívocos da organização britânica dos Jogos. Mas, além disso, enfim, abordamos uma série de temas, tanto aqueles relacionados à economia, ao comércio, como os relacionados ao diálogo sobre grandes temas de paz e segurança internacional, desenvolvimento, etc.

Nessas viagens, a Presidenta participou de eventos plurilaterais, como a Cúpula dos BRICS na Índia. Ela também esteve na Cúpula das Américas, em Cartagena; no G-20, no México, em Los Cabos, Baja California; e em Mendoza, para a Cúpula MERCOSUL e UNASUL.



Nos próximos meses, teremos novamente a abertura do debate geral da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, feita pela Presidenta Dilma Rousseff. Em seguida, a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Britânico, David Cameron, e a visita do Presidente Morsi, do Egito, que tem caráter, eu diria, realmente histórico, e interessante, por ser a primeira visita de um Chefe de Estado do Egito ao Brasil, e de um Egito democrático, onde sopram ventos de renovação. O interesse do Presidente Morsi nos programas sociais do Brasil em si mesmo também reflete uma renovação da nossa agenda de cooperação com o Egito. Em seguida haverá a Cúpula América do Sul–Países Árabes, no Peru, que eu acho que terá um interesse especial, tendo em vista o momento que vive o mundo árabe e também o fato de já terem se intensificado os laços comerciais, culturais e políticos entre as duas regiões, desde a Cúpula de 2005, lançada aqui em Brasília.

Eu mesmo estarei viajando ao Camboja para um evento bem especial.

Eu estava falando aqui da importância da Ásia, do fato de que o centro da economia mundial vai evoluir em direção à Ásia. Na Ásia existem os grandes países — China, Índia e o Japão, a segunda economia mundial —, mas também existe um grupo chamado ASEAN, que reúne dez países de grande dinamismo. Está aqui a Embaixadora Edileuza, que não me deixa mentir, ela que esteve por trás da negociação do Tratado de Amizade e Cooperação que eu vou assinar na próxima ministerial e Cúpula da ASEAN, no Camboja. E lembro que a ASEAN, tomada em seu conjunto, é um parceiro comercial tão importante para o Brasil quanto o Japão é individualmente e uma região do mundo que conhece grande dinamismo. Assim sendo, creio que é uma frente de trabalho muito promissora a que estamos abrindo.

Uma palavra para dizer que eu vejo com satisfação o fato de que um dos painéis aqui será dedicado à China. Porque, sem dúvida, um dos elementos mais interessantes, novos e desafiadores do novo cenário internacional é o surgimento da China como polo econômico de enorme dinamismo, em breve a primeira economia do mundo, um país que tem relações cada vez mais intensas não só com o Brasil, do qual se transformou em primeiro parceiro comercial nos últimos anos, mas também com toda a América do Sul, como eu comentava agora, e um país com o qual desenvolvemos uma parceria estratégica em diferentes campos, em particular na ciência e tecnologia. É extremamente promissora essa parceria, que agora se



beneficia de um plano decenal, assinado no Rio à margem da Rio+20, durante a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Rio de Janeiro, que, já notamos, introduziu um novo dinamismo na agenda bilateral. O Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, me dizia em particular que visitou Pequim logo depois da assinatura do Plano Decenal e sentiu uma disposição maior ainda de aprofundar essa cooperação em ciência e tecnologia.

Para concluir, uma palavra breve sobre os itens da agenda da paz e segurança internacional que nos preocupam. Entre eles, a turbulência no mundo árabe, muito particularmente o que ocorre na Síria. Temos repetido, e isso já faz parte quase que de um mantra que se ouve muito, que não há solução militar para esse tipo de situação. E isso aí não é uma expressão vazia, ela é fruto também da experiência. Nós temos visto a dificuldade de se estabilizarem países como o Iraque e o Afeganistão, onde a intervenção militar parece ter introduzido novos complicadores e não necessariamente ter solucionado antigas situações.

Na Líbia, estamos num trabalho de construção de uma relação nova, de confiança e de cooperação em todos os setores, mas nos preocupa ver que um pouco do resultado da intervenção militar da OTAN tem sido a contaminação de países vizinhos, em razão até mesmo da quantidade de armamento que foi deixado na Líbia e da desarticulação do país. Isso está atingindo o Mali e outras nações africanas, o que nos preocupa muito.

E eu não queria deixar de dizer da importância que continuamos e continuaremos a atribuir a um acordo de paz entre Israel e a Palestina. Frequentemente, com essa instabilidade que observamos no mundo árabe, na Síria, na Líbia e em outros países, a questão Israel-Palestina é tratada como se fosse de menor importância. Mas eu acho que é muito importante lembrarmos a centralidade de um acordo de paz para a estabilização daquela região no médio e longo prazos. É um pouco nesse espírito que eu tenho desenvolvido algumas iniciativas que não deixam de ser uma tentativa de mostrar o perfil pacífico do Brasil e a vontade brasileira de dialogar com os dois lados, a exemplo da organização de um seminário no Itamaraty chamado Lado a Lado, que reuniu as diásporas de origem judaica e de origem palestina e árabe no Brasil em torno de uma agenda de paz, em torno, essencialmente, da busca de algumas ideias, de alguns projetos, de algumas



iniciativas que possam refletir essa vocação brasileira para o convívio entre diferentes culturas e nacionalidades e até mesmo, eventualmente, traduzir-se em alguma iniciativa diplomática.

Eu pretendo viajar antes do fim do ano ao Oriente Médio, possivelmente a Israel e à Palestina. Tentaremos levar adiante uma agenda de diálogo, de negociação de acordo de paz e também de retomada — este é um ponto em que eu tenho insistido muito recentemente — do tema pelas instâncias multilaterais, porque, na verdade, o Conselho de Segurança praticamente abdicou do seu papel primordial de promover a paz internacional quando se trata da questão Israel-Palestina. Não há um debate estruturado, o quarteto não se reporta regularmente, e não vemos o quarteto, que é aquele grupo que reúne União Europeia, Estados Unidos, Rússia e o Secretário-Geral da ONU, produzir qualquer avanço maior.

Esses avanços eu acho que se tornam ainda mais importantes quando ouvimos um pouco os sabres da guerra sendo esgrimidos em declarações, que nos preocupam muito, sobre a eventualidade de uma intervenção unilateral relacionada ao programa nuclear do Irã. O programa nuclear do Irã está sendo debatido na Agência Internacional de Energia Atômica e está sendo considerado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O que nós favorecemos é o processo multilateral. Qualquer manifestação de intervenção militar unilateral eu acho que seria altamente desestabilizadora, para não dizer que de gravidade extrema, num contexto regional já de exacerbadas tensões. Temos manifestado essas preocupações inclusive em reuniões e em comunicados conjuntos, emitidos com outros países, como aconteceu recentemente em viagem que fiz à Suécia, quando emiti comunicado com o Chanceler Carl Bildt, da Suécia, que compartilha as mesmas preocupações do Brasil, incidentalmente.

Quando olhamos a agenda do Conselho de Segurança, vemos que ela é feita em grandes medidas de assuntos africanos. O Brasil tem laços de amizade e de cooperação e uma crescente presença governamental, através das embaixadas, mas também do setor privado, através de um número grande de empresas, na África, e não pode deixar de olhar para a África cada vez mais como a sua vizinhança, como um continente parceiro, onde estamos presentes para estabelecer programas que beneficiem o maior número possível dos nossos irmãos africanos.



Nesse contexto, preocupa-nos a situação de Guiné-Bissau, um país pequeno, frágil, onde houve uma ruptura democrática. A comunidade internacional está encontrando alguma dificuldade para articular os grupos sub-regionais que naturalmente devem liderar o processo de estabilização do país, como seriam a CEDEAO, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, e a CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas nos parece que a União Africana tem um papel a desempenhar. Em função até mesmo de decisões já tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e de interesse manifestado pelo Secretário-Geral da ONU na nossa atuação em Nova Iorque, nas Nações Unidas, acreditamos que a ONU também tem um papel a desempenhar na orientação da busca de um programa de estabilização que resolva de uma vez por todas essa instabilidade, essas crises crônicas pelas quais passa um país pequeno, de 1 milhão de habitantes. Eu acho que se a ONU fracassa a Guiné-Bissau fica difícil defender seu papel em situações maiores, que representem maior desafio para a comunidade internacional.

Cheguei ao fim de uma enumeração que eu acho que foi bastante longa. Eu não queria me alongar mais, apenas quero agradecer a oportunidade e a atenção de todos os senhores. Tenho certeza de que nos segmentos seguintes será possível abordar em maior detalhe e profundidade uma quantidade grande de temas essenciais para o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Eu queria agradecer muito a presença do nosso Ministro Patriota e dizer que nós não vamos fazer intervalo para a próxima Mesa. Vamos aproveitar a presença do Ministro Marco Aurélio Garcia, que falará na Mesa seguinte.

Eu gostaria de agradecer a presença dos nossos convidados do IPEA e das universidades, que são nossos parceiros aqui na Mesa. E agradeço ao nosso Ministro.

Vamos suspender esta Mesa de abertura pedindo ao nosso Ministro Marco Aurélio que permaneça aqui. E vamos fazer o convite para que os outros palestrantes se apresentem.



Eu queria pedir aos colegas Deputados Federais da Comissão que conduzam o nosso Ministro, porque eu vou precisar continuar aqui. Eu lhe agradeço muito, Ministro.

E queria agradecer também a presença dos Deputados Federais Dr. Rosinha, Júlio Delgado e Emanuel Fernandes.

Ministro Marco Aurélio Garcia, por favor já fique aqui compondo a Mesa.

Gostaríamos de pedir ao Deputado que vai coordenar a nossa primeira Mesa de debates que se faça presente, o Deputado Taumaturgo Lima.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Boa tarde a todos e a todas. Quero inicialmente parabenizar a todos e agradecer pela presença.

Nós iremos agora iniciar o primeiro painel deste seminário, que terá o seguinte tema: *O MERCOSUL e a UNASUL: Desafios para o Aprofundamento da Integração Sul-Americana.*

Senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, autoridades dos três Poderes da República, colegas Parlamentares, senhoras e senhores, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, saúdo a todos que aqui vieram para prestigiar este momento especial, que nos convida à reflexão sobre as recentes transformações que ocorreram no mundo e que reclamam um novo olhar sobre a política externa brasileira para que possamos enfrentar os desafios postos e aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Para compor o nosso primeiro painel da tarde, que tem como tema *O MERCOSUL e a UNASUL: Desafios para o Aprofundamento da Integração Sul-Americana*, convido para compor a Mesa os seguintes palestrantes: Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Secretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; Prof. Marco Aurélio Garcia, que já se encontra aqui e participou do painel anterior, de abertura; Dr. Pedro Barros, Chefe da Comissão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em Caracas, Venezuela; Prof. Ronaldo Carmona, pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL.



Esclareço aos ilustres convidados que cada um disporá de 20 minutos para proferir a sua fala. Ao final das apresentações, franquearemos ao público a apresentação de perguntas, por escrito. Em razão do prazo exíguo, as perguntas serão selecionadas e respondidas de acordo com o tempo disponível.

Passo a palavra ao nosso Ministro Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO GARCIA - Ao desejar boa tarde a todas as personalidades que aqui se encontram, quero, em primeiro lugar, felicitar a Deputada Perpétua Almeida por esta iniciativa.

Aqui foi dito que há 10 anos não se fazia um evento desta natureza. E acredito que ele tenha uma importância muito grande não só no que se refere à presença do Brasil no mundo, mas também à própria vida do nosso País aqui, no seu interior.

A política externa muitas vezes é entendida quase que exclusivamente como um instrumento de projeção do País no cenário internacional. Isso é verdade, mas é ainda mais verdade que a política externa, sobretudo nas circunstâncias do mundo de hoje, é um poderoso instrumento de constituição do nosso projeto nacional de desenvolvimento. Então, nesse particular, creio que a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tem essa dupla função: por um lado, mostrar efetivamente como estamos pensando os temas da nossa projeção no mundo, ao mesmo tempo também, explicitar de forma mais clara como o Brasil se constitui no mundo, a partir de uma reflexão sobre esse mundo.

Queria saudar aqui obviamente a presença de tantos Parlamentares que têm realizado um trabalho importante na área externa como em outros setores, saudar os Embaixadores aqui presentes — vejo que são muitos —, os acadêmicos que têm dedicado grande parte da sua reflexão sobre os problemas da política externa brasileira e os jornalistas. Enfim, quero saudar também todos aqueles jovens — vejo que são muitos —, que, com sua presença aqui, nos dão a garantia de que, no futuro, nós teremos uma condução adequada dos interesses do Brasil no mundo.

Quero finalmente dizer, nestas minhas palavras iniciais, que um debate como esse tem uma importância muito grande, porque a política externa não pode ser exclusivamente tratada nos cenários dos Ministérios das Relações Exteriores ou outros que estejam vinculados a questões internacionais, nem mesmo somente na



esfera presidencial, sobretudo num período em que nós vivemos, cada vez mais, de uma diplomacia dita presidencial.

A política externa é tema de interesse global da sociedade brasileira. E felizmente tem sido, nesta última década, cada vez mais compartilhada por dezenas de milhões de brasileiros que têm se manifestado sobre seus principais aspectos, de forma muito enfática, nos debates, nos processos eleitorais e nas grandes escolhas que a sociedade faz cotidianamente. Não há nenhum lugar mais adequado do que a Casa do povo brasileiro para que esse debate seja feito.

Eu espero, Deputada Perpétua, que esta seja uma importante herança da sua passagem pela Presidência da Comissão, fazer com que, no futuro, nós tenhamos a possibilidade de realizar outros debates tão abrangentes como este que estamos aqui iniciando.

O tema que nos foi proposto, MERCOSUL e UNASUL, pode suscitar evidentemente uma pequena reflexão. O que é mais importante, o MERCOSUL ou a UNASUL? Ou dizendo de outra forma: por que nós temos MERCOSUL e UNASUL? São duas formas distintas de articulação? São. Mas eu iniciaria dizendo que são duas formas convergentes de integração regional.

Evidentemente, o MERCOSUL tem uma limitação, que é o fato de ser uma união aduaneira, ainda que uma união aduaneira imperfeita. E a UNASUL é um espaço mais amplo, no interior do qual podem conviver distintos regimes comerciais, o que não é o caso do MERCOSUL. É evidente também que o MERCOSUL não se restringe a essa dimensão comercial, ainda que ela seja a principal dimensão do MERCOSUL, porque ele propugna uma integração econômica, uma integração social e também uma integração política *latu sensu*.

O MERCOSUL tem uma importância muito grande, a despeito de opiniões que aqui e ali aparecem contrariamente à sua eficácia, nessa esfera comercial em particular. Se nós examinamos alguns dados — e eu não vou “fastidiá-los” com dados numéricos aqui — sobre o intercâmbio comercial do MERCOSUL, nós vamos ver que esse intercâmbio com o mundo, apenas no ano de 2011, foi da ordem de 824 bilhões de dólares, o que representa, em relação a 2007, um crescimento — pasmem — de 60,3%.



O comércio intrabloco, que é também um dado importante, porque se diz muitas vezes que há um processo de declínio, de esvaziamento do MERCOSUL, é um comércio também em plena ascensão. Ao tomarmos dados do período compreendido entre 2007 e 2011, nós constatamos que houve um crescimento de 58%. Isto é, este comércio intrabloco que, em 2007, era de 78 bilhões, passou a ser, em 2011, de 124 bilhões, a despeito de, neste fato, ter havido uma incidência importante dos fatores de crise internacional. Agregue-se a isso o fato de que este comércio intrabloco, como mencionado aqui, é um caso em que há uma forte composição de produtos com valor agregado, isto é, produtos de natureza industrial.

Mas é evidente que uma integração regional não pode fundar-se exclusivamente, talvez nem mesmo centralmente, no comércio, porque sobretudo a integração comercial de uma região onde convivem economias com distintas dimensões tende a beneficiar os países de economia maior e mais complexa. No caso da América do Sul, é a situação do Brasil e da Argentina, países que têm economias maiores, mais complexas e mais diversificadas. Uma integração que se fundasse exclusivamente no intercâmbio comercial simplesmente tenderia a agravar assimetrias que hoje já existem, assimetrias em relação a esses dois países — o Brasil em particular —, com aqueles países que têm dimensões menores em suas economias e, sobretudo, diversidades menores. Para ser mais preciso, países que muitas vezes exportam três, quatro, cinco ou seis produtos do ponto de vista global para o Brasil e para a Argentina, em particular, e que, no entanto, receberiam centenas, senão milhares de ofertas em termos de exportação, o que evidentemente causaria desequilíbrios estruturais na balança comercial.

Há vários mecanismos pelos quais se podem compensar essas assimetrias. Em alguns casos, quando não há uma integração comercial tão estrita como aquela do MERCOSUL, por meio evidentemente de restrições alfandegárias. Quando isso não existe, e há uma forte tendência de se estimular um comércio mais livre numa região mais homogênea como é a nossa, pode se pensar em outros mecanismos.

A União Europeia, por exemplo, criou os fundos estruturais. Esses fundos estruturais tiveram papel muito importante no momento em que Espanha, Portugal e Grécia, países que saíram de décadas de ditaduras, transitaram em direção à



democracia e, ao transitarem em direção à democracia, foram convidados pela Europa dos Seis, àquela época, a ingressar na Comunidade Europeia.

O mecanismo utilizado foi a criação desses fundos estruturais que, como todos sabem, tiveram um impacto muito grande numa certa equalização dessas economias mais retardadas em relação a uma Europa mais avançada.

Nós tentamos, no MERCOSUL, um caminho similar, o da criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL, o FOCEM, mas, evidentemente, os recursos de que dispõem Brasil e Argentina eram muito inferiores àqueles utilizados pela União Europeia. Mesmo beneficiando alguns projetos relevantes como os do Uruguai e do Paraguai, como aqui mencionado pelo Ministro Patriota, a construção da linha de transmissão Itaipu/Assunção — Poderíamos também mencionar outros projetos desenvolvidos em relação ao Uruguai —, mesmo que esses projetos sejam importantes, eles não têm igual impacto sobre a economia desses países e sobre a economia regional que os fundos estruturais tiveram na Europa.

Acho que isso explica um pouco os fatos que aqui mencionei, quer dizer, certas restrições que tem uma união aduaneira, ainda que imperfeita; explica em grande medida a necessidade que se colocou para países que convergiam muito mais do ponto de vista político, do ponto de vista cultural e do ponto de vista diplomático, ou seja, que esses países encontrassem outro espaço, e esse espaço foi a UNASUL, originalmente pensada como Comunidade Sul-Americana de Nações e que, depois, veio se chamar União das Nações Sul-Americanas.

Ela nasceu, portanto, de uma necessidade de pôr a integração comercial entre parênteses, sem desconsiderá-la, mas de criar um espaço regional, sul-americano, que pudesse beneficiar-se de um processo de interação em matéria energética, em matéria logística, em matéria produtiva, em matéria financeira, em matéria social e em matéria política.

Essa dimensão política, sobretudo — e vou começar por ela, ainda que tenha sido talvez um dos últimos aspectos a ter sido implementado —, explica por que no espaço da UNASUL foi criada uma entidade muito importante, o Conselho de Defesa Sul-Americano.



Este Conselho tinha como escopo maior dar aos temas de defesa do nosso continente um tratamento distinto, uma orientação que se tornava cada vez mais importante e necessária sobretudo porque, após o fim das ditaduras militares em muitos países da região, começou a se desenvolver um movimento de repensar os temas da defesa, uma revisão das estratégias nacionais de defesa. Nós mesmos fizemos a nossa revisão aqui com a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008.

O Conselho se estruturou em grande medida tentando eliminar de uma vez por todas aquela ideia de que os problemas de defesa estavam concentrados em nossa região. Eventualmente, poderiam ter sido invocadas situações passadas que mostravam de maneira efetiva algumas tensões, muitas delas inclusive de certa profundidade, que haviam conturbado um pouco a boa convivência entre nossos países. No entanto, com o advento e a evolução da democracia em nossa região, criou-se um novo contexto político que entrava em flagrante contradição com as estratégias nacionais de defesa que tínhamos naquele momento, razão pela qual o Conselho não só recusa a persistência desses conflitos regionais como propugna uma estratégia dissuasiva em relação àquelas ameaças potenciais que teriam nitidamente um caráter extrarregional e que estavam evidentemente muito ligadas, entre outras coisas, à própria proteção de áreas como a Amazônia, à proteção de riquezas que estavam sendo constantemente descobertas e potencializadas em nosso País.

O Conselho também deu ênfase muito grande ao tema da construção de uma indústria de defesa regional, ajustada, portanto, às nossas demandas, evitando com isso aquilo que muitos chamavam de corrida armamentista. Essa indústria de defesa regional teria ainda como função importante alavancar uma integração industrial de toda a região, uma vez que ela não deveria estar concentrada em alguns países mais industrializados, mas ela deveria propiciar uma integração mais ampla.

Poderíamos mencionar também outra decisão com significação política e que fortalece essa identidade regional, qual seja a criação de um conselho de combate às drogas. Nós estávamos enfrentando em alguns países da região ingerências de mecanismos de controle às drogas que vinham de fora da região e que, muitas vezes, ao invés de resolver problemas específicos para os quais essas agências



estavam avocadas, o que ocorria, na realidade, era a criação de tensões pela exorbitância das intervenções dessas agências.

O Conselho ainda está em fase inicial, mas nós acreditamos que ele terá uma importância muito grande porque, como todos sabem, o problema das drogas na região tem implicações estendidas, implicações sociais em matéria de saúde, em matéria financeira, mas tem, sobretudo, uma implicação muito grande na medida em que elas aparecem e são, de fato, um elemento de corrosão dos valores democráticos e do próprio funcionamento do sistema democrático.

Queria acrescentar outro elemento que talvez heurísticamente eu devesse ter colocado no começo, qual seja o de que a criação da UNASUL esteve determinada em grande medida por uma leitura que os países que estavam empenhados na sua formação faziam da cena internacional.

Depois do colapso do sistema bipolar, do período da Guerra Fria e também do esvaziamento daquele momento unipolar dos Estados Unidos que se seguiu à decomposição do chamado campo socialista, da autodissolução da União Soviética e da primeira guerra no Iraque, nós começamos a assistir o desenho de um mundo que poderíamos chamar de multipolar.

Em função dessa opção que o Brasil fez, o qual eu chamo de opção sul-americana, qual seja não buscar uma presença isolada no mundo multipolar em construção mas tratar de fazê-lo em conjunto com os países da América do Sul; isto é, o Brasil não quer ser um polo sozinho, quer formar um polo com os países da América do Sul.

Essa decisão, que foi uma decisão compartilhada por todos os países chamados a esse debate, está fundada evidentemente num exame do potencial da nossa região e de sua importância no mundo em que vivemos. Eu diria que aí pesaram considerações relacionadas a fatores materiais e imateriais.

No que diz respeito a fatores materiais, evidentemente levamos em conta o fato de que essa região, a América do Sul, dispõe de enormes, senão as maiores reservas energéticas do mundo, se contarmos gás, petróleo, potencial hidrelétrico, biocombustíveis e outras formas de energia cada dia mais exploradas.

Possuímos também diversificadas reservas minerais, desde aqueles minérios que integraram a pauta da primeira Revolução Industrial até os minérios que



integram, hoje, as sofisticadas demandas da última Revolução Industrial, como pode ser o caso do lítio, por exemplo.

Nós somos, também, grandes produtores de alimentos. E é importante dizer que essa produção de alimentos da América do Sul, na maioria dos casos, não é mais aquela do período primário exportador, quando fatores como solo, sol, água e força de trabalho aviltada tinham um papel fundamental. Não. A agricultura, que hoje se transformou numa agricultura de altíssima produtividade no mundo, incorpora ciência, tecnologia, novas técnicas de comercialização e, portanto, tem muito mais semelhança com a indústria do que com a velha agricultura.

Eu digo essas coisas porque muitas vezes nós ouvimos, no debate, opiniões de pessoas que dizem: "*Ah, a economia da região, ou a do Brasil, em particular, está sofrendo um processo de reprimarização*", como se nós devêssemos nos envergonhar de produzir minérios, de produzir petróleo, de produzir gás, de produzir alimentos. Isso seria grave, se nós sucumbíssemos efetivamente a uma visão monoprodutora, como a que existiu 50, 60 anos atrás, e não utilizássemos esse potencial como instrumento de criação de uma economia mais complexa e mais diversificada.

Sempre é importante mencionar que as grandes potências mundiais, pelo menos no passado, foram ao mesmo tempo potências energéticas, potências minerais e potências agrícolas.

Nós temos, além disso, um terço das reservas de água do planeta, e oxalá não seja verdade aquilo que se diz sobre as guerras futuras talvez não serão pelo controle de petróleo, mas sim pelo controle de reservas aquíferas.

Nós desenvolvemos um parque industrial importante, inclusive com elementos de sofisticação grandes, e possuímos um vasto e diversificado território, onde convivem distintos biomas, distintas regiões.

E temos, finalmente, algo que me parece importante: uma população de mais de 400 milhões de homens e mulheres, os quais são cada dia mais beneficiados por políticas econômicas e sociais inclusivas, que estão transformando este dado demográfico num dado econômico relevante, qual seja, estão permitindo que aqui se constitua um significativo mercado de bens de consumo de massa. E esse mercado de bens de consumo de massa tem uma importância relevante na dinamização da



economia, na constituição efetiva de um núcleo endógeno de crescimento econômico que nos tem protegido, inclusive, em situações adversas, como é o caso dessas situações que advieram da incidência da crise mundial.

A economia brasileira e outras economias da região puderam subsistir tranquilamente — ou pelo menos com relativa tranquilidade — no período mais agudo da crise porque exploraram esse fator importante. Alguns países crescem explorando fronteiras físicas; nós pudemos crescer explorando uma fronteira social que ainda tem uma possibilidade muito grande de ser ampliada.

Mas também pesou, na consideração nossa de constituição da UNASUL, um conjunto de fatores imateriais, sendo que alguns deles já foram aqui mencionados na intervenção do Ministro Patriota: a nossa região é uma região de paz; é uma região livre de armas de destruição em massa, particularmente de armas nucleares; é uma região sem contenciosos relevantes de fronteiras, e aqueles que subsistem estão sujeitos a negociações diplomáticas.

Nós somos uma região em que não há grandes conflitos religiosos e étnicos, e aquela efervescência política — para usar um eufemismo, talvez — que se observa em alguns dos países é própria de processos democráticos que incorporam novos atores sociais à vida política.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, nós temos uma realidade significativa: todos os presidentes da nossa região são presidentes eleitos em pleitos livres, sem contestação nacional e/ou internacional.

Isso permitiu que a UNASUL constituísse uma personalidade internacional que tem os seus primeiros desdobramentos. O fato de nós já termos realizado duas reuniões e estarmos à beira de uma terceira — entre a América do Sul e países árabes e, mais adiante, entre a América do Sul e países africanos — é um elemento, sem dúvida nenhuma, significativo. Nós constituímos uma identidade, uma personalidade político-jurídica capaz de estabelecer relações com outras áreas. E a própria influência do exemplo UNASUL na constituição da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é também um elemento indiscutível.

Eu queria concluir mencionando, evidentemente, os recentes acontecimentos do Paraguai, que poderia ser uma exceção a confirmar a regra da vigência democrática na região. Mas, menos do que explorar esse fato, compartilhando aqui



a esperança de que ele possa rapidamente se resolver e que o Paraguai possa ser integrado nos moldes democráticos com a mais ampla velocidade, eu queria chamar a atenção para o fato de que a crise paraguaia introduziu para nós um tema fundamental, que é o tema da relação entre democracia e integração.

Pode haver integração sem democracia? No período autoritário, nós vimos concretamente que essa integração se fazia difícil, tendo em vista a persistência de tensões militares entre o Brasil e a Argentina, entre o Chile e a Argentina, entre o Chile e o Peru. Talvez o único projeto tristemente exitoso de integração na América do Sul, naquele momento, tenha sido a integração de aparelhos repressivos, a chamada Operação Condor.

Contrario sensu, eu gostaria de lembrar que o início do MERCOSUL se deu menos por um ato de aproximação econômica entre dois países que eram tidos como "rivais" — entre aspas —, Argentina e Brasil, e muito mais pela disposição dos Presidentes Alfonsín e Sarney de celebrar o advento da democracia lá e cá.

O Estado de Direito conquistado em nossos países é a expressão de avanços democráticos que os países da região alcançaram. Ele não pode ser entendido, no entanto, como um freio, como uma cristalização que não tenha nenhum desdobramento futuro. A democracia, é importante que se diga, é um processo — ela é essencialmente um processo — no qual os atores sociais e políticos vão criando novos direitos, novas correlações de forças e, portanto, inventando constantemente novas instituições.

A democracia política obtida nos anos 80 e 90, lamentavelmente, não foi acompanhada imediatamente do advento de uma democracia social e econômica. Políticas econômicas conservadoras adotadas naquele período pela maioria dos governos da região trouxeram graves prejuízos também para a democracia política, porque debilitaram a soberania nacional, que era considerada então uma velharia, uma obsolescência, e com isso enfraqueceram a própria soberania popular. E essa soberania popular, evidentemente, está no cerne de todo e qualquer regime democrático.

Os efeitos sobre a integração regional foram muito negativos, e, não por acaso, naquele período o projeto que aparecia como hegemônico era o projeto da ALCA. Esse projeto foi derrotado na Reunião Interamericana de Mar del Plata



somente porque se reuniu um grupo de países avançados, progressistas, que estava surgindo nesta América Latina, no novo milênio. Foram os avanços da democracia econômica e social observados na última década em nossa região que deram uma substância nova para o processo de democratização política a que estamos, em sua diversidade, hoje assistindo.

Eu insisto no aspecto diversidade porque os nossos projetos de integração não podem ser confundidos com projetos de integração político-ideológica, eles comportam no seu interior uma saudável diversidade político-ideológica, e o importante é que, a despeito dessa saudável diversidade político-ideológica, nós encontramos razões para estarmos juntos.

As decisões consensuais que o MERCOSUL e a UNASUL tomaram em relação à recente crise paraguaia não são mais do que a reafirmação de um princípio que une indissolivelmente democracia e integração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Agradecemos as palavras ao nosso Prof. Marco Aurélio Garcia, em nome da Câmara dos Deputados, em nome da Comissão de Relações Exteriores, cujos membros, em nome da nossa querida Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão, agradecem a V.Exa. por disponibilizar seu tempo e dar importante contribuição a este seminário. Agradecemos em nome de todos da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional.

Convidamos para nossa mesa a Dra. Leila Bijos, Relatora. (*Palmas.*)

Continuando a exposição, passo a palavra ao Embaixador Antonio José Ferreira Simões, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores, que tem 20 minutos para sua exposição.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria, antes de mais nada, de saudar a Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputada Perpétua Almeida, o Prof. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, o Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante do MERCOSUL, o Prof. Pedro Barros, representante do IPEA em Caracas, o Prof. Ronaldo Carmona, os Embaixadores aqui presentes, os colegas, os acadêmicos, os jornalistas, os estudantes, enfim, todos.



A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que a minha tarefa aqui hoje é muito difícil, porque estou falando depois do Ministro Patriota e do Prof. Marco Aurélio Garcia. De qualquer maneira, vou tentar me haver dentro dessa circunstância em que estou colocado.

A segunda coisa que eu gostaria de dizer é que eu me sinto muito feliz de estar aqui hoje, nesta plateia cheia, na Casa do Povo brasileiro, na Câmara dos Deputados, e de a Presidência da Comissão ter decidido fazer este seminário. Quando eu soube que há 10 anos não era feito um seminário como este, eu até achei que estava equivocado, eu tive que ouvir essa informação mais de uma vez.

Eu acho que a presença de tanta gente aqui hoje mostra que a sociedade brasileira quer participar da política externa brasileira, mostra que a sociedade brasileira tem interesse na política externa brasileira e mostra também que as pessoas que contribuem para a política externa brasileira têm interesse nesse diálogo. E eu acho extremamente importante que a Câmara dos Deputados, a Comissão de Relações Exteriores seja capaz de fazer essa mediação, de criar esse momento para que a gente possa estar aqui hoje. É fundamental a mobilização da sociedade brasileira.

Eu queria dizer o seguinte: falar sobre o MERCOSUL ou a UNASUL, os desafios da integração, os que me precederam já falaram bastante sobre o MERCOSUL. O Ministro Patriota falou muito sobre a Presidência Pro Tempore, o que pretendemos fazer, foi falado já sobre a suspensão do Paraguai. O Prof. Marco Aurélio descreveu um pouco a UNASUL, descreveu o porquê da nossa inserção na América do Sul.

Eu vou procurar situar um pouco algumas coisas que muitas vezes não são ditas. Um pouco dizer o seguinte: nós temos que pensar por que a política externa brasileira se preocupa tanto com a América do Sul. Para isso temos que pensar um pouco no mundo que existe hoje; nós temos que pensar um pouco também no papel do Brasil no mundo de hoje, para que, então, a gente possa perceber por que a América do Sul, por que o MERCOSUL e a UNASUL são tão importantes para nós.

O mundo que nós temos hoje é muito diferente do mundo de 50 anos atrás. Por exemplo, em 2011, pela primeira vez, os títulos do Tesouro americano perderam a nota máxima, o *Triple A*. Isso nunca havia acontecido antes. Era algo



absolutamente inimaginável. Os Estados Unidos ainda são a maior potência militar global, ainda são o grande produtor de tecnologia do mundo, mas hoje em dia se verifica já que o poder de intervenção americano não é mais como era antes. Em relação à Europa também, a situação é muito diferente do quadro anterior. Hoje existe uma crise instalada na Europa, existe um modelo que está em xeque, existe uma estrutura baseada em vínculos com antigas áreas coloniais e uma estrutura, eu diria até rentista, em alguns casos, que está sendo questionada.

É interessante notar que, hoje, muito do, digamos assim, crescimento da Europa depende de transferência de recursos de empresas europeias instaladas em outros lugares, inclusive na América do Sul. É o caso da Telefônica, é o caso da Fiat, que tem no Brasil a sua segunda mais importante implantação no mundo. Isso é muito interessante. Como poderíamos imaginar que um dia o dinamismo europeu tivesse a ver um pouco com o dinamismo nosso, aqui da região?

Outro fator novo é o que eu chamaria de o retorno da Ásia. Por que eu digo retorno da Ásia? Por que a Ásia, no passado, há 500 anos, 600 anos, 700 anos, era uma área central no mundo. Deixou de sê-lo e agora volta a sê-lo. Mas, junto com isso, há também o próprio dinamismo da América do Sul. Sobretudo, o que vemos hoje? Vemos que a locomotiva do mundo não está mais nos países ricos, a locomotiva do mundo está no mundo emergente. De 1990 a 2007, o PIB mundial passou de 22 trilhões para 54 trilhões, um crescimento grande. Metade desse crescimento do PIB, nesses quase 20 anos, veio dos países emergentes. Em 2030, 50% da produção mundial estará nos países emergentes. É muito importante entender que, quando falamos hoje de vinculação entre países em desenvolvimento, não é mais vinculação entre países que não importam, ao contrário, é vinculação entre os países que cada vez importam mais.

É muito importante nós percebermos essa mudança na realidade mundial. E é importante também percebermos a mudança na realidade da América do Sul. A América do Sul vive hoje um momento de grande crescimento econômico. A Argentina vive um período de 9 anos seguidos de crescimento econômico, é um dos maiores crescimentos da sua história recente, com certeza de muitas décadas. Isso se repete em muitos outros países. A sociedade chilena nunca foi tão rica como hoje em dia; a sociedade uruguaia nunca foi tão rica como hoje em dia; a sociedade



brasileira nunca foi tão rica como hoje em dia. E, sobretudo, nunca se reduziu tanto a desigualdade como hoje em dia no Brasil. Adiante eu vou falar um pouco mais do Brasil.

É importante notar o seguinte: hoje, na região, essa prosperidade não vem sozinha, ela vem com a democracia, como foi claramente mencionado pelo Prof. Marco Aurélio anteriormente. E a democracia é essencial. Todos os países são democráticos. Por isso também o projeto de integração pode ir adiante. Não quer dizer que não haja, na região, desafios e problemas a serem resolvidos, mas é importante notar que a base hoje em dia é diferente. E a base é diferente no Brasil também.

Quando eu comecei a minha carreira diplomática, há mais de 30 anos, no início dos anos 80, eu me lembro de ter visto o Brasil falir em 1982 e em mais duas outras ocasiões, ainda na década de 80. Aquele espetáculo muito triste de ver a Sra. Ana Maria Jul, que era uma funcionária de quinto escalão do FMI, falar de uma forma que eu acho que não era a melhor com os Ministros da Fazenda do Brasil ficou na minha mente e na mente daqueles que naquela época já estavam na vida ativa.

Eu vejo pela plateia aqui que provavelmente muitos dos que estão sentados, como são jovens, não viram isso, mas é muito importante notar que um dia foi assim. Hoje é diferente, porque há três fatores fundamentais que mudaram no Brasil. Havia três fatores que colocavam o Brasil para trás e que hoje são as grandes alavancas do crescimento.

O primeiro é a população grande e o grande número de excluídos. Isso era um problema muito grave, sobretudo em relação aos negros, herança da escravidão. Era algo extremamente injusto e que deixou boa parte da população brasileira numa situação de exclusão.

O segundo problema que historicamente nos afligia era o endividamento crônico. O Brasil nasceu com a dívida externa herdada de Portugal. Historicamente o Brasil sempre foi um País endividado. Acabei de relatar que na década de 80 falimos três vezes.



E o terceiro problema era a reduzida disponibilidade de petróleo. O famoso Relatório Link, dos anos 60, dizia que no Brasil não havia petróleo. Estava certo o Relatório Link. O petróleo está no mar, não está no Brasil.

Hoje esses três fatores que nos colocavam para trás nos jogam para frente. Hoje o que era a massa de excluídos na verdade é a classe C. O grande dinamismo econômico hoje é da classe C. As empresas que administram *shoppings* direcionados à classe C estão crescendo 25% ao ano no Brasil. As que dirigem *shoppings* dirigidos às classes A e B estão crescendo 5%, 6%. Então, os excluídos hoje estão jogando o Brasil para frente.

A segunda coisa, o endividamento. Hoje o Brasil é um credor líquido. O Brasil tem uma reserva de 400 bilhões de dólares aproximadamente. Praticamente só há outro país da América do Sul que tem um PIB maior que a reserva brasileira. Isso é algo extremamente significativo. Nós somos o quarto maior credor dos Estados Unidos e somos hoje credores do FMI; não devedores, somos credores do FMI.

Em relação ao petróleo, com as descobertas do pré-sal, as perspectivas que nós temos é que a reserva de petróleo chegue a algo em torno de 60 bilhões, 80 bilhões de barris, o que nos coloca entre os dez primeiros do mundo. Isso é algo extremamente importante.

O que nós precisamos entender é que o mais importante disso tudo é que se reduziu a desigualdade no Brasil. A renda média real, entre 2004 e 2008, subiu quase 30%. Isso é algo extremamente importante. Por isso que a Presidenta Dilma estabeleceu a meta de fazer do Brasil um País sem pobreza, algo hoje que podemos alcançar.

E por que isso é tão importante? Por que esses fatores são importantes? Porque a política externa não se faz no vácuo, não se faz dentro de um gabinete pensando algumas ideias. A política externa é reflexo da sociedade, do que ocorre no mundo econômico, do que a sociedade brasileira deseja, do que o Congresso Nacional espelha, é reflexo de uma série de setores, e ela tem de ser cada vez mais assim, e será cada vez mais assim, porque há hoje uma demanda política por influir nessa política externa.

O que é importante notar é que hoje, diante desse novo Brasil, diante desse mundo que eu assinalei, o Brasil é a sexta ou sétima economia, e vai ser a quinta.



Nós temos de trabalhar uma política externa de quinta economia do mundo. E a sociedade brasileira será fundamental na estruturação dessa política externa.

O professor mencionou esse fato anteriormente. O Brasil decidiu que não vai sozinho para o mundo. O Brasil vai com seus vizinhos. O Brasil quer crescer com seus vizinhos. O Brasil pensa um projeto de desenvolvimento em que os vizinhos estejam incluídos. Isso é algo extremamente importante para nós.

É importante termos comércio? Sim, claro que é importante termos comércio, mas a nossa inserção na América do Sul não deve ser uma inserção comercialista. A nossa inserção na América do Sul tem de se dar também pela solidariedade, pela cooperação. É por isso que nós tentamos, na Venezuela, estruturar um projeto de agricultura. Há um escritório da EMBRAPA lá. É por isso que nós vamos, no Uruguai, ajudar na interligação do setor elétrico entre aquele país e o Brasil. É por isso que há essa dimensão que não é só comercialista.

A dimensão do comércio é fundamental não só para o Brasil. Não é só o Brasil que vende. Na América do Sul vendemos mais de 40% dos manufaturados que exportamos. É importante notar também, por exemplo, que, no caso da Argentina, 50% dos carros lá produzidos circulam no Brasil, são comprados por nós. Então, não é de um lado só, é uma via de duas mãos. É isso que nós procuramos fazer.

Por isso é importante o que está ocorrendo, a expansão do MERCOSUL, que agora sai da Patagônia e vai até o Caribe. O MERCOSUL agora vai dar uma dimensão importante não só para os Estados do Sul, mas também para os Estados do Norte e do Nordeste. A presença da Venezuela dará essa nova dimensão. A presença da Venezuela acrescenta um país que é o quarto PIB, a quarta população e que faz o MERCOSUL ser a quinta economia do mundo e a maior reserva de petróleo do mundo.

É importante compreendermos a diferença. O MERCOSUL tem uma vocação muito mais econômico-comercial, ainda que nos últimos anos ele tenha se expandido muito também na parte de cidadania, no MERCOSUL social.

No caso da UNASUL, ela tem outra vocação. A UNASUL tem uma vocação muito importante não só como projeto político, mas também como elemento de redução de assimetrias. Nós temos de usar a UNASUL para fazer com que todos os



países possam melhorar. Por exemplo, nós temos um conselho de saúde. O que nós vamos fazer? Nós vamos fazer com que os parâmetros de saúde, as ideias de saúde... Tem uma escola e saúde da UNASUL hoje no Rio de Janeiro que treina funcionários de saúde de todos os países da região. Isso é algo extremamente importante. Além de outras atividades, como o conselho de defesa e o programa mundial das drogas. Enfim, esse é um elemento fundamental.

Para concluir, eu quero dizer que é importante nós entendermos por que são tão importantes o MERCOSUL e a UNASUL para nós. O Brasil é um País muito grande. O Brasil não está sozinho na América do Sul. Nós temos a responsabilidade de trabalhar com os vizinhos na busca da paz e de procurar melhorar o nosso entorno. E procurar melhorar o nosso entorno é também melhorar a vida dos brasileiros.

Muitas vezes é difícil para o Brasil compreender a importância da política externa e a importância da convivência com os vizinhos. Por quê? Porque nós somos um País grande. A China, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos têm esse mesmo problema, porque olham muito mais para dentro. E nós temos, em relação aos vizinhos, uma responsabilidade muito grande, e temos, cada vez mais, de trabalhar nessa direção.

Finalmente, eu quero apenas dar uma palavra em relação à participação da sociedade. Cada vez mais a participação da sociedade será fundamental na definição da política externa. Isso é algo a que nós temos de nos acostumar cada vez mais. Eventos como esses, na verdade, têm de se multiplicar, porque é apenas dessa maneira que nós conseguimos transmitir ideias, mas, sobretudo, receber ideias.

É importante compreendermos que nós estamos hoje num processo de crescimento do Brasil. Não só crescimento econômico, mas também crescimento da sociedade brasileira. E será o crescimento da política externa proporcional ao apoio que ela puder obter. E o apoio que ela puder obter vai depender cada vez mais dessa interação, vai depender cada vez mais dessa participação.

Por isso, quero finalizar com um agradecimento o convite da Comissão de Relações Exteriores e parabenizá-la pela iniciativa. É com iniciativas como esta que



vamos fortalecer o papel do Brasil, o projeto nacional do Brasil, e o papel da integração da América do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Quero agradecer ao nosso Embaixador Antônio José Ferreira Simões pela importante exposição.

A Comissão de Relações Exteriores agradece ao embaixador a presença aqui e por nos dar essa grande contribuição.

Registro, também, a presença em nosso seminário dos nossos colegas Deputados, da Deputada Luciana Santos, da nossa colega Deputada Jaqueline Roriz, do Deputado Leonardo Gadelha e da nossa colega Deputada Benedita da Silva.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, vou concedê-la à nossa Presidente, Deputada Perpétua Almeida, que irá fazer um anúncio. Com a palavra a Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Colegas, é por um motivo justo. Temos em nosso seminário, pelo menos, a presença de 70 embaixadas (*Palmas.*); pelo menos 60 são representadas pelas respectivas embaixadoras e embaixadores — e não apenas pela representação.

E as embaixadoras e embaixadores têm registrado presença na Casa sempre que chamamos. O último evento que contou com a presença de mais de 90 embaixadores e embaixadoras ocorreu quando a Comissão de Relações Exteriores organizou um espaço que chamamos aqui de Arboreto das Nações. E na semana de abertura da Rio+20, evento das Nações Unidas, ajudamos cada embaixador e embaixadora a plantar uma árvore no referido espaço aqui na Câmara dos Deputados.

Sem citar os nomes dos embaixadores e embaixadoras presentes, para não haver demora, vou nominar apenas os respectivos países: África do Sul, Albânia, Alemanha, Argélia, Argentina, Armênia, Áustria, Barbados, Belarus, Benin, Bolívia, Bulgária, Canadá, China — acabou de chegar o embaixador da China —, Chipre, Colômbia, Coréia do Sul, Costa do Marfim, Equador, Eslováquia, Espanha, Etiópia, Fiji e Gana.



No intervalo das próximas falas anunciaremos a presença, ainda, das demais embaixadoras e embaixadores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Continuando o nosso painel, agora quero passar a palavra ao Dr. Pedro Barros, chefe da missão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em Caracas, Venezuela, que tem 20 minutos para a sua exposição.

O SR. PEDRO BARROS - Obrigado, Deputado Taumaturgo Lima.

Deputada Perpétua Almeida, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Professor Marco Aurélio Garcia; Embaixador Antônio Simões; alto representante do MERCOSUL, Ivan Ramalho; Professor Ronaldo Carmona, é uma grande satisfação participar desta Mesa.

A dificuldade em tratar do tema depois das apresentações iniciais é evidente. Dessa forma, tentarei não repetir elementos em uma apresentação linear, mas ressaltar outros, talvez mais detalhadamente, que ajudem a debater a nossa região, América do Sul, em particular as duas principais instituições, UNASUL e MERCOSUL.

A América do Sul é decisivamente importante para o Brasil – e isso se acentuou nos últimos anos. Se nosso País representa 2,4% da economia mundial e 1,5% do comércio mundial, certamente nossa projeção internacional é maior que isso, talvez um pouco mais, talvez bastante maior. E essa legitimidade internacional brasileira em muito se dá pelo fato de nossas políticas e nossa posição internacional receberem o apoio, na enormidade das vezes, dos nossos vizinhos sul-americanos.

Então, não é apenas uma questão geográfica. Por algum momento a América do Sul tornou-se uma prioridade mais forte por reação. E digo que tal ocorreu há não tantos anos. No final dos anos 90, dada a inevitabilidade diagnosticada naquele momento da ALCA, o Brasil se apressou em se aproximar dos vizinhos da América do Sul como um todo, organizando aqui a Cúpula de Brasília e depois ajudando a definir a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, IIRSA.

Um movimento inicial do MERCOSUL, já ressaltado, derivado da aproximação entre Brasil e Argentina, nasce em 1991, mas com antecedentes muito



importantes. A posição mais livre-cambista formalizada no Mercado Comum do Sul em 1991 não era exatamente a mesma da aproximação entre Brasil e Argentina, que contou, naquele momento — ou um pouco depois —, com o Chile, o Uruguai e o Paraguai, e considerava outros elementos que são retomados, posteriormente, a partir da última década, principalmente a questão da integração produtiva e de aproximação e desenvolvimento conjunto de setores estratégicos, como foi o caso, naquele momento, da energia nuclear e, como comentou o Prof. Marco Aurélio Garcia hoje, a questão da defesa.

Uma avaliação dessas iniciativas, por exemplo, da IIRSA, certamente nos trará a necessidade de revisá-la. A IIRSA tinha uma carteira bastante grande de projetos, pouquíssimos foram executados. Talvez, a baixa execução desses projetos se deva à própria formulação deles, ou seja, à forma como foram formulados pelas instituições multilaterais — o BID, o CAF e o FONPLATA — e principalmente pela forma de financiamento, que privilegiava, naquele momento, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas.

Da agenda consensual da IIRSA, por exemplo, de 2005, apenas dois projetos foram executados no tempo previsto, até 2010. Esses dois projetos, a ponte que liga o Brasil ao Peru e a ponte que liga o Brasil à Guiana, foram executados com recursos exclusivamente públicos brasileiros.

Então, o momento de criação da UNASUL e seus desdobramentos trouxe também a criação de vários conselhos, dentre eles um importante conselho de planejamento e infraestrutura, COSIPLAN.

O COSIPLAN se esforça – e isso está na decisão política dos Presidentes — em tornar aquela instituição técnica em mero, entre aspas, “braço técnico” do COSIPLAN, uma instituição política. O período ainda é muito curto para uma análise mais profunda, mas é necessário um esforço no sentido de os países da região trazerem para si o efetivo planejamento da integração de nossa infraestrutura.

Outro ponto fundamental para discussão da integração regional e da América do Sul é a questão amazônica. Então, um primeiro esforço importante no sentido de articular os países da região, de criar um espaço de concertação próprio para discussão dos temas amazônicos, ocorreu de forma bastante reativa, digamos, nos



anos 70, com o Tratado de Cooperação Amazônica, que, vários anos adiante, se transformou na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica — OTCA.

Esse espaço é legítimo para a discussão do planejamento e desenvolvimento da região, em particular porque engloba os oito países ali colocados e inclui também, como a nossa FAS, países que, tradicionalmente, pouco são colocados no debate acadêmico sobre a América do Sul e que merecem especial atenção neste momento, como Guiana e Suriname. Daqui a pouco, tratarei um pouco desse tema.

Anteriormente foi dito também que o MERCOSUL tem uma série de atribuições diferentes da UNASUL, que congrega todos os países. Do ponto de vista econômico, indubitavelmente, cabe ao MERCOSUL levar a cabo o processo de integração, em particular a questão da integração produtiva.

Um dos problemas e possíveis desafios que podem, inclusive, em alguma medida, levar a algum questionamento futuro sobre a legitimidade do Brasil na região é que o Brasil tem crescentes e relevantes *superavits* comerciais com todos os países da região, exceto a Bolívia e, mês ou outro, o Chile e o Uruguai. Mas o desequilíbrio é acentuado e crescente. Pelo fato de o Brasil ter uma estrutura produtiva mais complexa e desenvolvida, a tendência natural seria o aprofundamento dessa assimetria. Os espaços de concertação estão postos, mas as políticas necessárias para a diminuição dessas assimetrias ainda precisam de aperfeiçoamento.

O Brasil tem um instrumento fundamental para a integração da região, para a internacionalização das nossas empresas e para o financiamento da infraestrutura, inclusive nos outros países vizinhos, que é o BNDES. Boa parte das obras de infraestrutura dos países vizinhos é financiada pelo BNDES. A definição, porém, dos projetos financiados pelo BNDES não faz parte necessariamente de uma estratégia nacional para a região, nem de uma decisão do conjunto dos países da região. Isso, certamente, necessita de aprofundamento.

É muito importante a internacionalização das nossas empresas e a execução dessas obras de infraestrutura. Por si, já têm um grande valor, mas corre-se o risco, dentro das regras atuais, de o Brasil, por exemplo, financiar projetos de infraestrutura, apoiados pelos governos locais, apresentados pelas empresas nacionais ao banco, que desintegram a região, como acontece com projetos levados



a cabo pelas instituições multilaterais. Exemplo hipotético disso seria o de uma ferrovia que leva o minério de uma jazida qualquer a um porto sem agregação regional de valor. Isso é um ponto que certamente merece especial atenção.

Outro ponto importante mais específico à questão amazônica — o momento de ingresso da Venezuela no MERCOSUL talvez seja adequado para discussão — é a própria estrutura industrial que o Brasil desenvolveu naquela região. A Zona Franca e o Polo Industrial de Manaus, indubitavelmente, foram decisivos para levar industrialização àquela região, para desconcentrar espacialmente o nosso desenvolvimento, mas a relação daquele polo industrial com os países vizinhos é praticamente nula. E o atual momento de ingresso da Venezuela no MERCOSUL, repito, é adequado para se repensar articulação industrial nessa região, que, para qualquer analista externo, vai ter, nas próximas décadas, um peso muito maior no mundo do que tem hoje, assim como, por exemplo, a região venezuelana da Faixa Petrolífera do Orinoco, recém-certificada como a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo.

Em seu discurso de posse, a Presidenta Dilma Rousseff ressaltou, com veemência, a prioridade da política externa brasileira como sendo a América do Sul. Apresentou disposição bastante clara para o fortalecimento do MERCOSUL e da UNASUL e também — isso é importante em qualquer discussão sobre a América do Sul, hoje, feita pelo Brasil — apresentou a decisão de associar o nosso desenvolvimento econômico, social e político ao dos países vizinhos. Esse, certamente, é um grande desafio. O nosso desenvolvimento produtivo, por exemplo, em grande medida, já está associado ao da Argentina, mas seria interessante um debate brasileiro mais claro e explícito sobre as formas adequadas de levar a cabo essa determinação de associar o nosso desenvolvimento ao dos vizinhos. Espaços como esse certamente ajudam. No caso concreto da Venezuela, em que não por acaso o IPEA tem uma missão, assim como há representações, escritórios de outras agências públicas brasileiras, como a EMBRAPA e a Caixa Econômica Federal, isso talvez seja uma novidade. A abertura dessas representações é recente. E há um grande esforço nosso, do IPEA, da Caixa, da EMBRAPA, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores — com todo o apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Embaixada do Brasil em Caracas —, de refletir não somente sobre



os projetos de cooperação pontuais, mas também a forma de associar o desenvolvimento dessas duas regiões estratégicas para a América do Sul, que são as regiões que têm — repito — as maiores reservas de hidrocarbonetos e as maiores reservas de biodiversidade do mundo.

Outro tema em que coincide a questão amazônica com a questão do COSIPLAN seria a forma também de associar não só... A aproximação com os países, a integração produtiva, depende necessariamente de uma concertação política e também de uma infraestrutura. E há uma deficiência grande na integração de infraestrutura em várias regiões da América do Sul. Não é o caso do CONESUL, mas certamente é o caso do extremo norte da América do Sul. Então, talvez seja o momento de uma reflexão maior também sobre a forma adequada de aproximação com Guiana e Suriname.

Talvez a UNASUL e o seu Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento — COSIPLAN possam aprofundar uma reflexão sobre a forma de construir a infraestrutura para aquela região, de aproveitar o enorme potencial hidroelétrico, por exemplo, e mineral que há na Guiana e no Suriname, com regimes pluviométricos complementares ao amazônico, que é uma região pouco aproveitada. Apenas 11% do potencial hidroelétrico da região, a energia mais limpa que existe, são aproveitados. E a complementação ou a integração da infraestrutura — no primeiro momento energética, mas necessariamente de transporte — seria importante também.

Ainda quanto a essa questão amazônica, o caso do Suriname talvez seja caricato nesse sentido. Das várias centenas de quilômetros que há de fronteira, toda ela é ocupada por uma reserva indígena e por um parque nacional, que é o maior do Brasil. Isso tem, evidentemente, a sua explicação. Mas, certamente, isso precisa ser relativizado para a aproximação do Brasil com esses países, que é nosso objetivo constitucional, é prioridade da nossa política externa.

Por fim, algumas poucas palavras, já que o tempo também se esgota, sobre a Venezuela e a importância da aproximação entre Brasil e Venezuela.

O Presidente do IPEA, na Mesa inaugural, ressaltou que o Brasil, diferentemente dos outros países do BRICS, é um país que diminuiu as desigualdades.



Na semana passada, a UNCTAD divulgou o seu relatório anual simultaneamente em várias cidades do mundo. Caracas foi uma delas. Esse relatório tem foco na questão da desigualdade este ano. De todas as regiões do mundo, a única em que as desigualdades diminuíram na última década foi a América Latina. E o país da América Latina que mais diminuiu a desigualdade foi a Venezuela. Essa é uma questão importante não só para nossa reflexão, mas também para o reconhecimento dos méritos dessa questão.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL significa, como já foi ressaltado aqui, a inclusão do Caribe no bloco e o aprofundamento da participação dos países da Região Norte brasileira no bloco. É uma grande oportunidade para a Zona Franca de Manaus se articular com os países vizinhos, a partir do caso concreto da Venezuela, e também uma grande oportunidade para uma reflexão maior sobre integração produtiva.

O comércio bilateral entre Brasil e Venezuela aumentou drasticamente nos últimos anos. Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, o comércio bilateral, a corrente de comércio estava em 880 milhões de dólares. No ano passado, foi 5,9 bilhões de dólares. Multiplicou-se por sete. Nos 6 primeiros meses deste ano, o crescimento em relação a igual período do ano passado foi de 30%. Esse tremendo aumento do comércio não se converteu em integração produtiva. Há vários setores. O IPEA tem estudado isso, a missão na Venezuela tem-se debruçado sobre esse tema, sobre as possibilidades de integração produtiva e de infraestrutura entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela, particularmente.

A baixa competitividade agrícola de Roraima, por exemplo, se dá fundamentalmente pelo preço exacerbado que os fertilizantes que chegam da Ucrânia, da Rússia, por Paranaguá e sobem pelo Brasil alcançam aquele Estado. A ureia, por exemplo, tem o preço 40 vezes superior ao preço venezuelano.

O Brasil pode e deve, aproveitando este momento também, debruçar-se mais fortemente sobre as possibilidades de integração do setor petroquímico, da indústria naval, entre outros.

Pontuei esses aspectos gerais sobre a América do Sul, o MERCOSUL e a UNASUL e apresentei, brevemente, essas questões sobre a Venezuela e o trabalho da missão do IPEA na Venezuela.



Agradeço a oportunidade e estou à disposição para outros debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Agradeço ao Dr. Pedro Barros a sua contribuição no nosso seminário.

Antes de conceder a palavra ao próximo expositor, passo a palavra a nossa Presidenta Perpétua Almeida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Continuo o registro dos embaixadores e das embaixadoras presentes: da Geórgia, da Guatemala, de Guiné-Bissau, do Haiti, da Índia, da Malásia, de Myanmar, do Nepal, da Nigéria, da Nova Zelândia, do Paraguai, da Polônia, de Portugal, do Reino dos Países Baixos, da República Dominicana, da Romênia, da Rússia, do Senegal, do Sri Lanka, da Tailândia, da Tanzânia, da Turquia, do Uruguai, da Venezuela e do Vietnã. Depois anunciaremos as embaixadas que também encaminharam representantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Continuando o nosso painel, passo a palavra ao Prof. Ronaldo Carmona, pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que terá 20 minutos para a sua exposição.

O SR. RONALDO CARMONA - Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, agradeço pelo honroso convite para fazer parte desta Mesa neste seminário que, sem dúvida, é um grande sucesso.

Nesse sentido, felicito a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados na pessoa da Deputada Perpétua Almeida, mentora dessa iniciativa, que certamente ficará marcada assim como ficou o seminário que ela mencionou, realizado há 10 anos. Certamente, este seminário sobre política externa também ficará registrado nos Anais desta Casa.

Obviamente, a vantagem de falar por último, ainda mais sobre este tema, é que nós poderemos aprofundar determinados aspectos que, talvez, os nossos antecessores não tenham abordado. Esse vai ser um pouco o nosso esforço.

Eu gostaria de começar situando este debate, tendo em vista o título do painel que se propõe discutir — *Desafios para o Aprofundamento da Integração Sul-Americana*.



O desafio, em si, de aprofundar a integração sul-americana é para o Brasil, sem dúvida, a questão mais importante na dimensão externa do seu projeto nacional de desenvolvimento.

Do ponto de vista estratégico ou do ponto de vista de uma grande estratégia do Brasil, diria que esse desafio, antes de mais nada, pode ser percebido como resultante da própria condição geográfica do Brasil ou da própria condição geopolítica no sentido clássico da definição da geopolítica, da busca dos fundamentos geográficos do poder político.

A constatação de que a opção sul-americana é uma opção para o Brasil, desculpem a redundância, na verdade, faz parte das próprias condicionantes geográficas do nosso País e cresce em importância na medida em que a ascensão do Brasil no mundo se propõe a ser feita não de forma isolada. Propõe-se a que a ascensão do Brasil, no cenário das nações, ocorra, seja realizada em associação com os nossos vizinhos, porque disso, certamente, resultará não apenas uma ascensão fortalecida, como também atende à própria tradição da política externa brasileira desde os seus primórdios.

Lembro aqui que o nosso primeiro chanceler, o fundador da Pátria, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi o pioneiro na tentativa de buscar, por meio de uma missiva Buenos Aires, uma aliança entre os dois países que conseguisse, portanto, superar as rivalidades históricas que naquele momento apareciam.

O debate sobre o aprofundamento da integração sul-americana precisa ser realizado, antes que nada, tendo em vista e evolução do cenário internacional. Afinal de contas, as maiores ou menores possibilidades de avançarmos e aprofundarmos essa integração derivam do quadro internacional que observamos ou das grandes tendências que podemos ver do ponto de vista do cenário internacional.

Uma primeira questão importante a destacar é que, ao contrário da onda pós-moderna e liberal, com toda a sua conotação ideológica, apresentada no imediato pós-guerra fria, o fato é que o século XXI assiste a um inequívoco retorno da geopolítica, à reabilitação dos preceitos clássicos da geopolítica, inclusive dos seus atores principais. Afinal de contas, hoje um dos grandes focos de tensão mundial ocorre precisamente no Mar da China, onde, aliás, hoje, o Sr. Leon Panetta, Chefe do Pentágono, passa por essa região pela terceira vez no ano, denotando, portanto,



a importância que essa região adquire e relembrando os preceitos que poderíamos aqui remontar.

Poderíamos falar aqui também das tensões que acontecem do ponto de vista da Ásia Central. Aquela região, mais do que nunca, passa a ser um foco de tensão, sobretudo em relação aos quatro grandes países que formam os pontos cardeais daquela região, ou seja, a Rússia, ao norte, a Índia, ao sul, a China, ao leste, e o Irã, ao oeste.

Então, penso que há diversos fatores do ponto de vista do cenário internacional que demonstram que há uma reabilitação, digamos assim, da presença e da força dos Estados nacionais como atores fundamentais do cenário mundial.

Penso também que, dentre as grandes tendências do cenário internacional, é preciso verificar, por exemplo, algo que foi denominado por um ex-Embaixador brasileiro em Washington, falando a respeito da redefinição da visão estratégica dos Estados Unidos, apresentada em janeiro último pelo Presidente Obama, como a mais profunda mudança estratégica na política externa e de defesa daquele país, desde 2002, quando o então Presidente George Bush, sob o impacto do atentado de 11 de setembro, radicalizou a sua ação no exterior.

Isso obviamente tem grandes impactos sobre a nossa região. E em que consiste essa nova estratégia de segurança nacional norte-americana? Textualmente essa estratégia diz que os Estados Unidos se voltem para aqueles que busquem impedir a projeção do poder do país, ou seja, reabilita movimentos clássicos da política externa norte-americana de conter o surgimento de rivais e de polos que possam contestar ou colocar em questão um relançamento da hegemonia norte-americana no mundo.

Esse é um dado que não é menor, porque inclusive tem implicações do ponto de vista da situação estratégica global, onde claramente ocorre pela primeira vez um deslocamento, desde o descobrimento, do eixo geográfico e econômico central do Atlântico Norte para a região do Pacífico, e, portanto, isso tem implicações do ponto de vista da estabilidade e do desenvolvimento da situação global.

Penso que também tem importantes impactos sobre a nossa estratégia de desenvolvimento da integração regional a persistência da crise econômica, sobretudo nos países centrais. Afinal de contas, nós temos observado que os países



centrais buscam, como iniciativa principal para sair da crise, mecanismos ou manobras que, na verdade, representam ameaças diretas à sustentação do ciclo de crescimento econômico, de diminuição da pobreza e de fortalecimento dos mercados internos, o que observamos na última década em escala regional.

Nos últimos meses e mesmo nas últimas semanas, tanto a Reserva Federal Americana quanto o Banco Central Europeu têm explicitamente proposto a emissão de moedas para buscar reaquecer essas economias, no caso dos Estados Unidos, e para buscar, portanto, socorrer países que sofrem de crises do ponto de vista europeu. Isso certamente redundará em desvalorizações monetárias e em riscos relacionados à nossa região.

Poderíamos falar aqui também das tensões relacionadas aos temas comerciais na relação da América Latina com a China, que, na verdade, se trata de um país que tem um consistente projeto de nação e um consistente plano de voo, no que diz respeito a onde quer chegar, e lida com a América Latina, que, por sua vez, tem a estruturação dos projetos nacionais no conjunto de nossos países ainda algo bastante embrionário e frágil. Então, penso que essas novidades, essas tendências da situação internacional têm forte impacto sobre o que estamos denominando como necessidade de aprofundar a integração sul-americana.

Nesse contexto, eu acho que há importantes novidades no que diz respeito ao processo de integração regional, e eu gostaria de me referir a alguns deles. Em primeiro lugar, acho que o Prof. Marco Aurélio bordejou um pouco essa questão. É preciso considerar que o próprio surgimento do MERCOSUL tem raízes estratégicas. Ou seja, o MERCOSUL se inicia antes da sua própria assinatura, com a superação de uma importante disjuntiva estratégica que eram as rivalidades entre Brasil e Argentina, rivalidades que rigorosamente perduram desde o período colonial, chegando, ao longo do século XX, a uma situação em que, por quase cinco décadas, nenhum Presidente brasileiro pisou em Buenos Aires. Pode-se dizer que, desde a visita de Getúlio Vargas, em 1935, até o Presidente João Figueiredo voltar à Argentina, nós tivemos esse longo interregno em que o grau de rivalidade chegava a ponto de sequer ocorrerem visitas presidenciais.

Mas o MERCOSUL, que nasce como uma iniciativa de natureza estratégica, tendo em vista a superação dessa rivalidade histórica, sofre de importantes



injunções que ocorrem no mundo, ao final dos anos 80 e início dos anos 90. Ou seja, o MERCOSUL passa a sofrer de inflexões relacionadas à própria alteração do cenário internacional e, portanto, a um novo predomínio das ideias liberais no mundo. Essa medida viria a se concretizar no tratado de Assunção, cuja essência é principalmente promover o comércio entre os seus integrantes.

Embora isso viria a ser matizado com a própria assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, quando, entre outras medidas, se criou a tarifa externa comum. Eu acho que o MERCOSUL, por um longo período, seguiu baseado objetivamente num bloco de natureza comercial.

A partir de 2003, começamos, ainda que de forma lenta e que perdura até hoje, a mudar de qualidade a própria situação do MERCOSUL, primeiro pela retomada de sua natureza estratégica, quando, sobretudo agora, com o ingresso da Venezuela, consegue-se vertebrar não apenas um eixo geoeconômico, mas também um eixo geoestratégico do ponto de vista do território sul-americano. A natureza do MERCOSUL, portanto, volta, em alguma medida, a retornar aos seus objetivos de ser um bloco estratégico, no sentido de “coesionar” os nossos países para uma inserção internacional que também tem em conta essas razões estratégicas.

Por outro lado, destaco também que, desde 2003, de forma lenta e gradual, vai crescendo a percepção de que a centralidade do enfrentamento das assimetrias, ou seja, a centralidade da promoção do desenvolvimento é uma questão basilar para o aprofundamento da integração sul-americana.

Portanto, considero que essa ideia que está subjacente ao debate mais recente sobre a natureza e as definições do MERCOSUL, qual seja a de buscar transitar de um bloco meramente de natureza comercial, de promoção da integração comercial entre os seus integrantes, para ser um bloco de promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus integrantes, é uma importante mudança de qualidade no bloco, que, junto com a retomada do seu perfil estratégico, poderia, portanto, enfrentar aquele que certamente é o principal contraste ou a principal característica da América do Sul, que é precisamente a disparidade, a diferença entre a enorme potencialidade que a nossa região possui, sobretudo em termos de ativos estratégicos, de recursos estratégicos, digamos



assim, para a sustentação do crescimento econômico no mundo e o nível relativamente baixo no que diz respeito a sua riqueza potencial.

Certamente, de 2003 para cá, temos tido importantes avanços na conformação disso que estou chamando de um salto de qualidade no MERCOSUL. O exemplo é a própria estruturação do FOCEM. Ainda que em termos materiais este seja um fundo bastante limitado, que reúne em torno de 100 milhões por ano, é uma iniciativa de grande importância, assim como iniciativas que se estruturam no âmbito da UNASUL, como a criação de conselhos que tenham sua importância voltada claramente para a promoção do desenvolvimento, como é o caso do Conselho de Energia e do Conselho de Infraestrutura.

Esse Conselho de Infraestrutura — Pedro citou brevemente essas ideias — consegue inclusive dar passos no sentido da conformação de uma agenda que permita avanços na integração física sul-americana, incluindo projetos de grande interesse estratégico para o Brasil, como é o caso da possibilidade de, no norte da América do Sul, ligar, do ponto de vista de uma rodovia, a Capital do Estado de Roraima, Boa Vista, à Capital do Estado do Amapá, Macapá, passando pelas três Guianas, ou também uma velha aspiração de acesso ao Pacífico, do ponto de vista do Brasil, com a possibilidade da ligação de uma via férrea entre o Porto de Paranaguá e a cidade de Antofagasta, no Chile.

Para concluir, considero que estamos diante de desafios importantes para o próximo período. Certamente, são iniciativas que buscam condicionar o desenvolvimento da integração sul-americana, como é o caso dessas tensões a que me referi, que incluem, por exemplo, iniciativas que busquem fraturar a integração sul-americana, como é o caso da recém-surgida aliança do Pacífico ou mesmo a proposta de negociação de um acordo transpacífico.

Acho que nós deveríamos, no próximo período, ter como referência o aprofundamento da capacidade de iniciativa do Brasil em relação à integração sul-americana. Reporto-me, por exemplo, às propostas que estão ressaltadas no relatório apresentado pelo então Alto Representante do MERCOSUL, Embaixador Samuel, à reunião de Mendoza, que me parece levantar algumas das grandes questões que estão em voga, no que diz respeito aos desafios para o aprofundamento da integração sul-americana. Dentre eles, por exemplo, como



poderemos, no próximo período, enfrentar o problema de utilizar a exportação de *commodities*, a exportação de matérias-primas para, através da sua taxaço, criar um fundo que permita colocar adiante um novo ciclo de industrializaço da região, que é um grande desafio para fazer frente ao que está sendo apresentado em relaço ao mundo.

Então, acho que esses são os desafios apresentados. É o momento ímpar dos desafios apresentados para o Brasil, no contexto da nossa região, mas acho que, cada vez mais, essa mudança de qualidade do ponto de vista do MERCOSUL e esses avanços do ponto de vista da UNASUL permitem delinear quais são os grandes desafios apresentados para o aprofundamento e integraço sul-americana.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Quero agradecer ao nosso professor da Universidade de São Paulo, Ronaldo Carmona, pela sua contribuição ao nosso Seminário.

Para continuar o anúncio das embaixadas presentes ao nosso Seminário, passo a palavra à nossa Presidente Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Aqui há a presença de representantes das Embaixadas da Alemanha, do Catar, de Cuba, da Eslovênia, da Espanha, das Filipinas, de Gana, da Guiana, da Guiné Equatorial, da Indonésia, da Jordânia, do Irã, do Kuwait, do Suriname e da Ucrânia.

Lembro aos colegas ainda que depois teremos a última mesa do dia de hoje, com a presença do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e ainda de outros convidados que vão tratar sobre o BRICS, o Oriente Médio, os Estados Unidos e a África. Depois desta Mesa aqui, não vamos dar intervalo, mas vamos seguir direto para a próxima Mesa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Obrigado, Sra. Presidenta.

Vamos continuar com mais um palestrante do primeiro painel, cujo tema é MERCOSUL e UNASUL. É o último palestrante deste painel. Quero passar a palavra ao Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, que terá 20 minutos para fazer sua exposiço.



Quero registrar a presença do nosso Deputado Federal Edson Santos, do PT do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença, Deputado.

Com a palavra Dr. Ivan Ramalho.

O SR. IVAN RAMALHO - Muito obrigado, Deputado. Quero agradecer muito o convite da Deputada Perpétua Almeida. Não sei se a senhora se lembra, mas estive aqui com a senhora. Sempre procurei atender aos convites da Câmara, do Parlamento, e, no primeiro semestre deste ano, eu estava ainda no setor privado, na Presidência de uma Associação, vim aqui e me lembro de que a senhora fez abertura de um encontro muito importante da Frente Parlamentar de Desburocratização, aqui da Câmara dos Deputados, no qual tive a honra de ser convidado para coordenar um grupo de desburocratização, exatamente do comércio exterior, que é a área na qual eu sempre trabalhei e continuo trabalhando. Agora, no mês passado, fui convidado para este cargo, para esta função de Representante-Geral do MERCOSUL. Não poderei, portanto, continuar coordenando o grupo da Frente de Desburocratização do Comércio Exterior da Câmara dos Deputados, mas queria dizer aos Srs. Parlamentares que vou estar sempre à disposição, da mesma forma como estou aqui hoje, para qualquer convite que eu possa receber também para este tema, que é um tema pelo qual tenho entusiasmo muito grande. Sem dúvida alguma, a desburocratização, especialmente na nossa área, comércio exterior, tem uma importância fundamental. Tenho segurança de que o Brasil tem hoje um comércio exterior próximo de 500 bilhões de dólares/ano, porque investiu muito em desburocratização, em informatização do processo.

Queria fazer esse registro aqui e dizer que foi uma honra bastante grande ter sido convidado pela Câmara para coordenar esse trabalho. Agora, convidado pelo Governo brasileiro, tenho a difícil tarefa de substituir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, meu amigo, que está aqui, que vai me ajudar, como me ajudou sempre em outras oportunidades.

Queria também cumprimentar toda a comunidade, o corpo diplomático, jornalistas que estão aqui presentes, e registrar que estou na função há apenas 1 mês. Portanto, acabei de chegar, digamos assim, a Montevideu, sede do MERCOSUL, e estou ainda me familiarizando com muitos dos temas do MERCOSUL.



Eu queria dizer que minha origem é em comércio exterior. Eu sempre trabalhei em integração, com todos os países do MERCOSUL e com outros países da América do Sul, mas sempre muito voltado para comércio exterior, para integração produtiva, para troca de investimentos, para financiamento de obras de infraestrutura, enfim, questões econômico-comerciais. E o MERCOSUL, inegavelmente — quem tiver um pouco de tempo para consultar as estatísticas oficiais, muitas das quais já foram ditas aqui —, está consolidado neste particular. Nós tivemos nos últimos 20 anos uma evolução comercial extraordinária no MERCOSUL, e tivemos também integração produtiva em muitos setores.

No que diz respeito a comércio, principalmente, quem examinar a curva de crescimento do comércio exterior verá que somente depois de 2008, quando houve uma grande crise financeira internacional, o comércio no MERCOSUL teve uma queda, e uma queda muito pequena. Logo em seguida teve uma recuperação muito grande. Eu ouvi em algumas palestras — não vou repetir os números — que principalmente nos últimos anos, de 2008 até 2011, tivemos tanto nas exportações como nas importações um crescimento extraordinário. Ou seja, nós estamos seguramente consolidados nessa questão de comércio, de investimento, de financiamento, de integração produtiva, ainda que tenhamos, principalmente na integração produtiva, muito trabalho por fazer e muitas oportunidades outras para a integração dos nossos setores produtivos.

Neste momento, a mensagem que eu queria trazer para os senhores, muito brevemente, de tudo que eu já pude verificar em apenas 1 mês de trabalho em Montevideu, é que nós temos que nos lembrar sempre de que o MERCOSUL não é só comércio, não é só integração produtiva. Nós temos temas sociais de extraordinária importância, como a questão da cidadania, a integração das pessoas, a possibilidade de livre circulação. Enfim, a agenda do MERCOSUL é muito rica, além do comércio exterior e da integração produtiva.

A mensagem que quero trazer para os Srs. Parlamentares, principalmente para aqueles que estudam comércio exterior, é que se lembrem disto, que nós temos que olhar também para as muitas outras áreas, para os muitos outros conselhos, para os muitos outros fóruns, para uma agenda bastante mais ampla que a de comércio exterior.



Temos no MERCOSUL uma responsabilidade muito grande, porque o MERCOSUL tem hoje um Produto Interno de mais de 3 trilhões de dólares. Mais de 80% do PIB da América do Sul está hoje no MERCOSUL. Portanto, milhares de pessoas têm as suas atividades profissionais de uma forma ou de outra vinculadas ao comércio, ao investimento, à produção, a atividades culturais, entre muitas outras, como obras de infraestrutura que também estão contribuindo bastante para este processo de integração.

Eu não queria me alongar, não queria repetir muitos dos números apresentados aqui, porque isso seria enfadonho para os senhores e também porque entendi que a organização pretende que sejam feitas algumas perguntas. Eu não queria, então, utilizar todo o meu tempo, até porque, como disse, eu assumi há pouco este cargo, esta função, portanto estou ouvindo muito, aprendendo bastante. Espero, se possível, ouvir as sugestões dos senhores.

E espero também que, sempre que houver aqui qualquer evento, encontro, qualquer realização do MERCOSUL, que eu volte a ser convidado. Vou ter muito prazer de voltar ao Parlamento brasileiro. E espero que os Parlamentos dos outros países também realizem encontros como este e tratem um pouco do MERCOSUL, que tem uma importância extraordinária para o presente e para o futuro de todos os nossos países.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Taumaturgo Lima) - Quero agradecer ao Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, a contribuição ao nosso painel e ao nosso seminário.

Peço aos presentes desculpas, pois não será possível, devido ao horário, realizar o debate decorrente das perguntas apresentadas pelos participantes deste seminário.

Antes de encerrar o painel, agradeço a todos os presentes, informando que haverá um novo painel, em seguida.

Agradeço à minha Presidenta, a Deputada Perpétua Almeida, por ter-me feito o convite para participar como mediador do primeiro painel. Para mim, é uma honra tomar parte de discussão de tema tão importante.



V.Exa., Sra. Presidenta, foi feliz ao propiciar este debate. Acho que, hoje, o mundo todo tem que discutir essas mudanças, que estão acontecendo com velocidade cada vez maior. Vejo que V.Exa. e a Comissão de Relações Exteriores foram felizes. Por isso quero parabenizá-los.

O Brasil não é mais o país do futuro, e sim o país da oportunidade. Acho que o Brasil e outros países são os países da oportunidade. Acredito que agora é a nossa vez.

Concluo este painel agradecendo à nossa Mesa a contribuição que deu aos presentes e convido todos a participar do novo painel.

Parabéns, Sra. Presidenta! Parabéns a todos nós! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada.

Convido o Deputado Eduardo Azeredo para assumir a coordenação da próxima Mesa de debate. (*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Boa noite.

Damos continuidade a este seminário. No segundo painel, será tratado o tema *O Contexto Geopolítico Internacional e os Desafios à Política Externa Brasileira*. Serão considerados os BRICs, os Estados Unidos, o Oriente Médio e a Primavera Árabe e também a África.

Para tratar desses importantes assuntos, convido para compor a Mesa os seguintes palestrantes: o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Subsecretária-Geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores; a Profa. Cristina Pecequilo, da Universidade Federal de São Paulo; o Prof. Paulo Daniel Elias Farah, da Universidade de São Paulo; o Prof. Reginaldo Mattar Nasser, da PUC de São Paulo; e o Prof. José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília.

Convido ainda para compor a Mesa a Profa. Leila Bijos, da Universidade de Brasília, que atuará como Relatora deste painel. (*Pausa prolongada.*)

Pelo adiantado da hora, vamos passar diretamente às exposições.

Quero saudar a todos por intermédio da Presidenta da nossa Comissão, a Deputada Perpétua Almeida.

A política externa de um país deve ser política de estado. Por isso é importante o envolvimento do Poder Legislativo. O Congresso, no Brasil, já tem um



papel relevante, ao aprovar os nomes dos embaixadores que são indicados para nos representar pelo mundo. Isso não é comum em todos os países. Contudo, algumas questões ainda permanecem. A própria abertura de novos postos diplomáticos não passa pelo Congresso. Assim, é importante que, dentro desse espírito democrático e diplomático, possamos discorrer sobre a relevância da discussão que se faz aqui hoje. O Brasil tem a quinta maior população do mundo, o quinto maior território do mundo e, portanto, com esse crescimento econômico, tem um importante papel a desempenhar no mundo como um todo.

Para esquentar um pouco a discussão, vou discordar um pouco do nosso Embaixador Antônio Simões, ou complementar a sua fala. S.Exa. lembrou que uma boa parte dos jovens não se lembra daquele incômodo, a presença de fiscais do FMI no Brasil. Realmente, isso incomodava muito. Mas não lembrou que havia o incômodo da inflação de 40% ao mês, que corroía o salário do trabalhador. Esse foi um ponto também importante, junto com políticas sociais inclusivas, para que o Brasil avançasse nesse contexto geral de desenvolvimento. Digo isso apenas para esquentar o debate, para que não fique apenas a opinião de governo, mas também a de oposição.

Na maior parte dos assuntos, existe consenso entre o Governo e a Oposição, não existem grandes críticas, mas, às vezes, uma cobrança da Oposição relativamente aos direitos humanos pelo mundo afora.

Passo a palavra ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tem grande experiência e falará sobre o contexto geopolítico internacional.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - Obrigado, Governador.

Agradeço à Comissão de Relações Exteriores, especialmente à Deputada Perpétua Almeida, o convite para participar deste seminário.

Cumprimento todos os integrantes da Mesa, meus amigos. Cumprimento todas as senhoras e todos os senhores, todos os Parlamentares, todos os diplomatas estrangeiros aqui presentes.

Cumprimento minha mulher, Maria Maia, que se encontra lá no fundo da sala. Veio prestigiar a minha apresentação.

O tema que me foi dado foi *O Contexto Geopolítico Internacional e os Desafios à Política Externa Brasileira*. Quero começar dizendo que estamos num



momento de grandes transformações internacionais. O Ministro Patriota mencionou que vamos ver pela primeira vez, na próxima década, a ultrapassagem da maior potência econômica do mundo por outra. Isso diz respeito a certos indicadores, principalmente, ou talvez unicamente, ao Produto Interno Bruto absoluto, não ao Produto Interno Bruto *per capita*, não à geração de tecnologia, não ao poder militar. Mas só esse fato já é extremamente importante.

Todos os contextos estão sofrendo mudanças, e naturalmente todos eles são interligados. O contexto econômico internacional assiste hoje a uma crise que se iniciou financeira, passou a econômica e se transformou em social. É uma crise que se origina nos Estados Unidos, no setor financeiro. Tem uma causa, uma raiz estrutural profunda, que é o próprio sistema capitalista, que tende a gerar crises periódicas de superprodução, umas pequenas, outras maiores. Esta se juntou a uma crise financeira, do setor financeiro, que também é periódica. Refiro-me, no caso, a crises especulativas. Isso vem do tempo da famosa especulação das tulipas, na Holanda, no início do século XVII. É algo que ocorre, só que desta vez foi uma crise que se propagou por todas as economias, pelo próprio fenômeno da globalização e da desregulamentação. Foi a desregulamentação financeira, causada pelas políticas neoliberais, que levou à contaminação. E foi essa mesma política, não adotada pelo Brasil, porque não houve desregulamentação no setor financeiro, que permitiu que o Brasil não fosse de imediato envolvido na crise, como foram outros países, e países que nos eram apresentados como grandes modelos. Não vou citar nomes tendo em vista a presença dos Srs. Embaixadores estrangeiros, mas muitos nos eram citados como grandes exemplos permanentemente. Porque nós deveríamos fazer o mesmo que faziam, adotar as mesmas políticas que adotavam. E foi justamente por não termos adotado, nem na área financeira nem nas áreas tarifária e de privatização — senão teríamos privatizado o BNDES, o Banco do Brasil, a PETROBRAS, a ELETROBRAS, e hoje em dia o Estado não teria mecanismos para reagir à crise, para permitir a reativação da economia...

Muito bem. Mas essa crise é um fato. A China faz parte dessa crise. A China é hoje em dia um país capitalista, não é um país socialista. Não é verdade? O Governador aqui está protestando, e tal, todo mundo, o Embaixador da China está protestando... (*Risos.*) Do ponto de vista econômico, é uma economia mista, com



grandes empresas estatais, com setor privado cada vez mais importante e, digamos, com enorme participação de megaempresas multinacionais. Das 500 maiores empresas multinacionais do mundo, 400 estão instaladas na China, mas não de forma desregulamentada, e sim de forma regulamentada, o que é muito diferente.

Então a crise acaba por afetar também a China, eventualmente, porque a China está estreitamente ligada à economia europeia, à economia americana e à economia japonesa. Não está solta no espaço. Nem nós.

No contexto internacional político, o que nós vemos é um enorme crescimento do unilateralismo e da tomada de decisões de forma unilateral. Por exemplo, a ação da OTAN na Líbia não foi permitida pelas Nações Unidas. O que ocorre hoje na Síria é algo muito interessante. Não posso admitir que movimentos locais de pessoas sem nenhuma convivência natural com as armas possam enfrentar um exército. Isto não existe, pessoas que em fotografias vemos muitas vezes de sandálias havaianas e de calça *jeans* exibindo uma metralhadora que, para se manejada, exige larga prática, e enfrentando o exército. Não é assim. Há uma participação crescente de forças especiais de países também da região, mas de países ocidentais, como ocorreu na Líbia.

Então há um unilateralismo de decisões tomadas, de intervenção, como foi feito no Iraque e em outras ocasiões, extremamente perigoso do ponto de vista político. E ao mesmo tempo há outro fenômeno político, de que as pessoas não têm dado muita conta, que é a reorganização da União Europeia. A União Europeia está se reorganizando. Talvez tenha que expelir alguns países, mas está se reorganizando no sentido de fortalecer suas instituições supranacionais. A partir do Banco Central, haverá uma política fiscal comum pelo controle dos orçamentos nacionais. Esse será um passo adiante na União Europeia, com muito sofrimento para os trabalhadores, ninguém tenha dúvida sobre isso, como a grande reversão das políticas de previdência social, de proteção do trabalho, de salário mínimo, enfim, com decisões de redução de salários, e assim por diante. Mas, do ponto de vista institucional e político, isso pode resultar, eventualmente, no fortalecimento político da União Europeia. É muito provável que isso ocorra. Eu não acredito que o euro vá desaparecer. Isso não ocorrerá, não está nos planos das grandes potências europeias. Naturalmente, há grandes potências europeias, médias, pequenas e



micro. Então isso não ocorrerá. Não é interesse da Alemanha, nem da França, simplesmente deixar desintegrar esse enorme esforço de criação de um bloco econômico e político capaz de retomar a influência da Europa no cenário internacional.

Depois temos o contexto militar. Do contexto militar abordarei dois aspectos, rapidamente. Primeiro, as novas funções da OTAN. A OTAN chama-se Organização do Tratado do Atlântico Norte, e ela atua no Afeganistão. Houve uma verdadeira revolução geográfica no mundo: a OTAN na Ásia. Isso é algo extraordinário, porque a OTAN está se arvorando o instrumento político das grandes potências quando elas não conseguem no Conselho de Segurança obter aprovação para sua ação. Aí a aprovação é feita através da OTAN, que age em nome dos seus integrantes. E a composição das tropas é sempre muito interessante. Há uma composição de alguns países de pequenos contingentes, e há um grande contingente norte-americano. Na realidade, se formos verificar a composição das tropas em cada operação da OTAN, veremos que é isso o que ocorre.

O segundo aspecto é a nova estratégia americana, declarada recentemente, que considera a Ásia o ponto central da estratégia militar e política americana. Quem na Ásia? Talvez os pequenos países da ASEAN. Talvez a grande preocupação seja com pequenos países asiáticos, que oferecem uma ameaça extraordinária aos Estados Unidos, à integridade territorial americana, com suas armas nucleares, com seus foguetes, com seus satélites, e assim por diante. Deve ser isso. Não! Sabemos precisamente de quem se está falando.

E há uma renovação dos acordos regionais, acordos tradicionais com países, digamos, que se encontram em volta da China. Temos aí uma séria mudança no contexto militar estratégico internacional.

Todos esses contextos se inter-relacionam, não são coisas isoladas. Questões econômicas se relacionam com questões políticas, militares, tecnológicas, e assim por diante.

Por outro lado, o nosso contexto regional é extremamente interessante, e foi apresentado aqui vastamente, de forma extraordinariamente positiva. Creio eu que é necessário ter, como se dizia antigamente, um grão de sal, porque grande parte do progresso econômico recente dos países da região decorreu do nível de



desenvolvimento da economia chinesa, o qual está relacionado com o desenvolvimento da economia europeia e americana. A redução do crescimento da economia europeia e americana afeta a economia chinesa, que afeta a demanda por *commodities*.

Aqui foi dito num certo momento que agricultura e indústria são a mesma coisa. Eu queria dizer que divirjo profundamente disso. Profundamente. A agricultura é extremamente importante, mas nada acontece na agricultura sem indústria. Nunca uma colheitadeira foi fabricada dentro de uma fazenda. Uma colheitadeira é feita numa fábrica. Nunca um trator foi fabricado dentro de uma granja. Um trator é fabricado numa fábrica. Então a indústria é extremamente importante para o processo de agregação de valor, para o processo de aprendizado, para o desenvolvimento e para a geração de empregos mais bem remunerados na economia. É no setor industrial que se geram esses empregos. E tem havido, sim, uma reprimarização da economia, não há menor dúvida, e por uma razão óbvia: a enorme demanda por produtos primários. Como essas questões são calculadas em termos percentuais, se aumenta a exportação de soja diminui a participação dos outros setores. Mas tem havido também uma perda absoluta, e isso tem afetado a indústria do Brasil, a dos outros países, e os mercados para a indústria brasileira na região. Disso aí não há a menor dúvida, o mínimo de familiaridade com os dados permite à pessoa chegar a essa conclusão.

Mas dentro do MERCOSUL — e o MERCOSUL é um fornecedor de produtos primários, todos fornecedores de produtos com base na agricultura, soja, trigo, milho, e produtos primários processados —, o Brasil também é fornecedor de minério de ferro, principalmente para a China. A redução do crescimento chinês afeta imediatamente a demanda por minério de ferro e os preços do minério de ferro internacionalmente, assim como está afetando o preço da soja, e assim por diante.

Tudo isso está interligado e em algum momento afetará de forma mais profunda a economia e, portanto, a sociedade brasileira, porque, ao reduzir a atividade econômica, reduz o emprego. E, ao reduzir o emprego, naturalmente aumenta a satisfação social, acredito? Creio que não. Creio que aumenta enormemente a insatisfação social, é óbvio. Nós dizemos as coisas assim, pode ser até que acreditem.



Na América do Sul, é preciso ter clareza sobre isso, estão em competição dois modelos de política econômica, de desenvolvimento econômico. Um tem como princípio a integração plena da economia no sistema econômico internacional através da aceitação dos princípios que foram enunciados pelo Consenso de Washington, privatização, desregulamentação, abertura total das economias, e que são consagrados pelos acordos de livre comércio.

Esses países, que eu não posso nominar aqui, são aqueles que celebraram acordo de livre comércio com os Estados e, posteriormente, com muitos outros países. São países que abriram sua economia totalmente para o exterior e vão sofrer, certamente, um impacto enorme. E houve um processo de reprimarização da economia desses países.

Outros países, no caso os países do MERCOSUL, têm outro tipo de política econômica, que preservam a possibilidade de desenvolver a política de desenvolvimento econômico, de ação do Estado para promover o desenvolvimento.

Só quero mencionar o seguinte: na semana passada foi anunciado que a França e a Inglaterra estariam criando bancos de desenvolvimento semelhantes ao BNDES. Que coisa interessante! O BNDES, que era tão ruim, que intervinha na economia, e agora a França e a Inglaterra criam bancos de desenvolvimento econômico. Isso é uma maravilha!

Então, nós temos o MERCOSUL de um lado, o Arco do Pacífico de outro, que reúne justamente os países que celebraram esses acordos.

Vou passar, finalmente, ao último tema, que são os desafios da política externa brasileira, e eu tenho poucos minutos para terminar.

O primeiro desafio da política externa brasileira é não se internalizar, é não tornar toda a política do Estado brasileiro voltada para dentro devido às suas dimensões. Quer dizer, é participar da política externa com mais atividade, com mais ênfase, principalmente numa época de grandes transformações. Nas épocas de grandes transformações é que os interesses podem ser mais afetados. Então, não se pode internalizar, toda a prioridade ser dada à política interna. Isso não é possível, e este seminário é um ponto importante para ressaltar, digamos, a importância da participação do Legislativo, e eu sempre defendi essa participação.



Não adianta, a palavra “eu” não deve ser usada porque não é de bom gosto. Mas defendi — evitei o “eu” —, no passado, sempre a participação do Senado nas negociações internacionais, não com grande entusiasmo por parte de muitos dos meus colegas, mas sempre defendi a participação *pari passu*, para que os acordos não chegassem ao Congresso e fossem aprovados por razões de Estado, sem que o Congresso tivesse tido a real possibilidade de examinar a sua negociação. Enfim...

Segundo, é necessário fortalecer o MERCOSUL. Para nós é fundamental dentro de um contexto de um mundo multipolar que aqui mencionou o Ministro Patriota. O Prof. Marco Aurélio e o Embaixador Antônio Simões também mencionaram a importância da criação de um bloco regional, no caso, com base no MERCOSUL, com a expansão do MERCOSUL para outros países que não o integram ainda, como a Bolívia e o Equador.

Segundo, não recuar da África. A África é o nosso vizinho natural. A costa ocidental da África é nosso vizinho. Não sei se aqui foi tratado com a devida extensão, mas o será pelo professor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Eu acho que ele não veio.

O SR. SAMUEL GUIMARÃES - Não veio o Prof. Flávio Saraiva. Mas, enfim, certamente outros terão oportunidade de expor a importância da África para o papel internacional do Brasil pela sua própria vizinhança, por uma série de complementaridades, uma série de semelhanças, e assim por diante. Não vou entrar no tema porque precisaria de mais algum tempo.

É preciso aproveitar a bonança trazida pela demanda chinesa por produtos primários para aumentar a agregação de valor no País. É preciso negociar com a República Popular da China acordos que permitam o processamento industrial dos produtos no País. Não é possível que o Brasil exporte permanentemente enormes quantidades de minério de ferro para a China e importe da China trilhos, chapas, tubos, etc.

É preciso chegar a um acordo, na minha opinião. E é preciso ser dito isso; é muito importante isso, tanto para a China, que poderá participar desses investimentos no Brasil, e deveria participar desses investimentos no Brasil, se é do



seu interesse, como para o Brasil, porque é uma oportunidade de transformação industrial, para ampliar o seu crescimento.

Depois, ciência e tecnologia são de grande importância. E se trata de fortalecer os centros de ciência e tecnologia no Brasil, talvez até seguindo o exemplo chinês, que faz um esforço enorme de fortalecimento dos centros de criação de pesquisa científica e tecnológica, de recrutamento de pesquisadores chineses, Programa dos Cem Talentos; depois, dos Mil Talentos anuais, de recrutamento para a China.

Esse tipo de situação nós deveríamos fazer no Brasil. É importante mandar estudantes para o exterior. Não é suficiente. Se os centros de pesquisa não estiverem convenientemente aparelhados no País, as pessoas voltarão do exterior e não terão onde trabalhar de forma eficiente.

Hoje em dia, na pesquisa moderna, tudo depende do homem e do equipamento. E o equipamento nos países muito desenvolvidos é muito sofisticado. O indivíduo vai, estuda, utiliza equipamentos muito sofisticados, volta ao Brasil e não tem os equipamentos. Então, é de grande importância fortalecer.

E isso é fácil saber se está ocorrendo ou não; basta examinar o orçamento dos centros de pesquisa e saber se eles estão aumentando ou não. A China tem aumentado a sua dotação para ciência e tecnologia de forma extraordinária, passando de 0,6%, hoje chegando a 1,7, com a meta de chegar a 2% do PIB nos próximos anos, e assim por diante. Não vou me estender nisso.

E uma última referência, que é a soberania. Um país não é soberano se não tem defesa. Um país não tem defesa se não tem indústria de defesa. E um país não tem indústria de defesa se não tem indústria.

Eu vou ficar por aqui porque eu acho que já passei do meu tempo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Como eu sou social democrata, então, não tenho grandes divergências porque a social democracia nunca defendeu a privatização do Banco do Brasil, da PETROBRAS ou do BNDES. Então, nós estamos de acordo nesse ponto.

Com relação ao último assunto, eu quero fazer um breve comentário sobre o programa Ciência sem Fronteiras é muito importante, mas o embaixador tem toda



razão — nós precisamos também fortalecer aqui, para quando esses estudantes voltarem, ter como desenvolver aqui o que aprenderam no exterior.

Passo a palavra ao Prof. Reginaldo Mattar Nasser, que é Professor da PUC de São Paulo.

O SR. REGINALDO MATTAR NASSER - Boa tarde, agradeço à Comissão de Relações Exteriores o convite. Agradeço também ao IPEA, principalmente porque nesse caso, eu tenho desenvolvido pesquisas no Bolsa Pesquisa do IPEA desde o ano passado. Produzi alguns artigos que sairão em livros e um artigo mais especificamente sobre o Oriente Médio, que foi publicado na revista *Tempo no Mundo*, do IPEA. Portanto, ali estará mais detalhado aquilo que vou expor aqui.

A ideia da minha exposição a respeito do Oriente Médio — depois o colega vai abordar mais especificamente a política externa brasileira e Oriente Médio — é me dedicar mais àquilo que podemos chamar de “percepção do Oriente Médio”, aquela que, infelizmente, ainda domina os meios políticos, os meios intelectuais, os meios governamentais, eu diria, não aceitando, como vou tratar na exposição, não apenas no chamado “Ocidente”, mas também perpassando uma série de instituições.

Minha ideia é mais a de expor alguns mitos que considero os principais em relação ao entendimento do Oriente Médio em geral, do mundo árabe, enfim, contrapondo-lhes não uma interpretação teórica, mas alguns fatos, para que nós possamos pensar melhor a respeito disso.

A primeira questão óbvia de qualquer abordagem de Oriente Médio, de mundo árabe, de norte da África, ou seja lá o que for que se venha a fazer hoje é o fato de ser impossível não mencionar a revolta no mundo árabe, mais conhecida pelo nome “Primavera Árabe”. Creio que, em torno disso, nós podemos fazer algumas considerações.

Acredito que a primeira delas é aquela que diz respeito ao Oriente Médio, mas não só, algo que avaliávamos como perdido na história, que são os processos revolucionários. Não vou entrar aqui também em considerações a respeito de ser realmente revolução ou não — é um processo ainda —, mas, de qualquer forma, foram mobilizações populares, diferentes em alguns casos, com o uso da violência. A diferença houve entre a Tunísia e o Egito num grupo, e a Líbia e a Síria, em outro.



Mas, de qualquer forma, isso trouxe à tona o tema que nós podemos chamar de “insurgências”, “revoltas”, “revoluções”. Esse é um ponto que acredito fundamental para o Brasil, para a política externa brasileira, eu diria de forma mais ampla, inclusive para a formação dos diplomatas nesse sentido. No tema de que estamos falando, “política externa brasileira”, o Prof. Marco Aurélio enfatizou a necessidade da participação de outros setores nesse sentido.

Nesse aspecto, o Brasil viu, de uma hora para outra, uma clivagem. Aquilo que era visto como o Brasil, principalmente durante o Governo Lula, próximo dos governos árabes... E quando se dizia “árabes”, realmente não se fazia essa distinção, se era governo ou se era sociedade. Durante esse processo, houve uma clivagem, como houve uma clivagem entre governo e sociedade.

Nesse processo turbulento — não vai dar tempo para discorrer sobre isso, mas o fiz em outras ocasiões —, creio que a diplomacia do Brasil, a política externa do Brasil não soube lidar bem com essa situação, com o reconhecimento da revolta, o processo que ocorreu na Tunísia, principalmente no Egito e, depois, na Líbia. Ou seja, houve demora em ter um posicionamento mais firme a respeito disso, quando, no caso da Líbia, por exemplo — ou mesmo do Egito —, boa parte de outros países árabes já haviam feito isso.

Então, mais do que uma questão circunstancial, eu acredito que é um tema que vale à pena, na medida em que, claro, a origem histórica da diplomacia, da política, é lidar com estados, não é? Não há dúvida nenhuma.

Cada vez mais esses processos de clivagem, esses processos transnacionais, em que ocorrem mobilizações populares, serão um grande desafio daqui para frente. Será um desafio saber lidar com isso, que posicionamento usar.

Nesse momento também da revolta árabe, um desses casos chamou muita atenção. Em um primeiro momento ele apareceu apenas como uma questão interessante para a mídia, para matérias jornalísticas e, depois, não mereceu um desenvolvimento maior, que foi a relação que o Governo da Líbia tinha, há muito tempo, com uma instituição acadêmica da maior importância na Inglaterra, que é a London School of Economics, a LSE.

Veio à tona, primeiro, o caso do filho de Kadafi, que havia defendido uma tese de doutorado lá. Mas não era só isso; não era só isso. Havia uma doação do



Governo da Líbia. E alguns professores da própria London School se aprofundaram e começaram a investigar sobre o que se tratada.

Tratava-se de uma grande articulação entre o governo inglês, o governo da Líbia e empresas de petróleo, que estavam financiando pesquisas na área de relações internacionais, na área de sociologia, na área de política, que, no final das contas, corroboravam, apostavam na estratégia que os Estados Unidos e a Inglaterra já haviam adotado desde 2004, que era receber a Líbia de braços abertos na comunidade internacional. Isso está documentado. Não é uma avaliação que esses intelectuais ingleses, esses professores ingleses fizeram.

No caso dos Estados Unidos — é só consultar na Internet —, formou-se um *lobby* no congresso norte-americano, um *lobby* reconhecido para negócios para a Líbia, em que constavam os nomes de um conjunto muito grande de intelectuais que têm livros traduzidos aqui, que são trazidos ao Brasil, que elaboram esquemas, pensamentos, conceitos, etc., que, explícita ou implicitamente as pessoas acabam adotando em suas interpretações sobre o Oriente Médio.

Cito, entre eles, Fukuyama, Joseph Nye, Anthony Giddens, e todo esse documento que mostra que todos eles visitaram a Líbia por mais de uma vez, assinaram o livro do Kadafi, o famoso *Livro Verde*, e tinham a mesma opinião de que a Líbia estava no bom caminho; a Líbia não tinha armas de destruição em massa.

Agora, novos documentos vieram à tona, mostrando o quê? Mostrando que mais do que isso — aquilo que se especulava —, o governo da Líbia estava agindo junto com as forças norte-americanas, na pretensa caça aos terroristas, inclusive com torturas, e assim por diante. Quer dizer, a Líbia se aliou a isso.

Então, esse é outro tema da maior importância. Hoje nós estamos falando muito aqui em mudanças, transformações, e eu concordo. Agora, há algumas questões perdidas lá no passado não muito distante, que eu acharia bom recuperar.

Eu acho que se havia algo de bom na época da Guerra Fria era o fato de ficarmos mais atentos à produção dos intelectuais. Tanto é que havia uma área de sociologia dos intelectuais. Eu acho que está mais do que na hora de fazermos isso. Quer dizer, há uma produção...



Então, sobre o Oriente Médio, há muita pesquisa, há muito financiamento e, portanto, há muita construção de falsas percepções. Há muita mitificação. E essas mitificações, claro, têm um sentido, têm um interesse; elas cumprem muito bem isso.

Então, hoje aqui foi falado sobre *soft power*. É interessante, pois a expressão *soft power* por vezes parece um tanto adocicada. Isso é *soft power* também. *Soft power*, por sua vez, relaciona-se de forma muito estreita com *hard power*. Não existe *soft power* sem que haja *hard power*. O próprio Joseph Nye sabe disso.

Então, uma dessas ideias, muito fortes, muito presentes — eu diria, é a concepção geral, e vou usar da forma como é usada, indistinta — no mundo árabe, no mundo islâmico, no Oriente Médio, etc. —: ali, naquela região, reina a excepcionalidade. É uma região onde tudo é diferente: religião, cultura, absolutamente tudo! É como se dissessem: "*Se quiser entrar nesse mundo, é o mundo do exotismo*". Então, muito interessante, porque quando vieram as revoltas na Líbia muito se discutiu sobre suas tribos da Líbia. Eu assisti a análises de jornalistas, sobre a Líbia, começando pelo Século III. Foi o mínimo que eles voltaram. Mas ninguém, ou muitos poucos, foram lá, no Google, para ver os dados econômicos e sociais da Líbia, assim como em todo o Oriente Médio. É a coisa mais difícil alguém mencionar isso. No caso da Líbia, 80% de sua população é urbana. Aí, já fica difícil achar as tribos. Só se for tribo urbana! Aí, pode ser. Pesquisas sobre essa questão das tribos existem formalmente, mas não têm quase nenhuma influência no comportamento, na camada dos jovens, na camada média. No mundo árabe, em geral, 60% da população têm idade inferior a 30 anos.

Falou-se aqui das tribos na Líbia. Muito bem, não houve revolta. Vejam, é muito interessante, volta e meia, essa referência nossa aos estados nacionais. Não houve revolta na Líbia, mas em Benghazi, em Trípoli e em outras cidades, como o Egito, no Cairo e em Suez. Foram revoltas urbanas, diferentemente do que ocorreu na Síria, que é outro caso. Na Síria, as revoltas começaram da periferia, foram para o meio, até atingir Aleppo, Damasco, etc.. Portanto, houve uma modificação na faixa etária, na estrutura demográfica, social, etc., de uma forma geral, nesse país do Oriente Médio, fantástica! E ninguém, ou quase ninguém, querendo se atentar para isso, fazendo discussões sobre o Alcorão, sobre não sei o quê, e assim por diante.



Lembro-me que eu estava diante de um aluno que fazia exposição do caso da Líbia, e quando ele começou a discorrer justamente a partir do Século III, eu perguntei se para discutir a transição democrática no Brasil era preciso voltar às capitânicas hereditárias. Acho que não! Pode-se até fazer dessa forma, mas não é preciso voltar a tanto.

Por que, no caso do Oriente Médio, isso acontece? Há um mito, e vou reproduzi-lo aqui, escrito por um jornalista norte-americano: "*Os árabes vão para a cama, à noite, odiando a América; acordam odiando Israel, e passam os dias fazendo pregação para o ódio*". Isso, antes da revolta árabe. Agora, eles poderiam analisar as pesquisas de opinião pública desenvolvidas pelo Instituto Zoghbi, dos Estados Unidos, sobre a demanda social dos árabes no mundo inteiro, e, depois de analisá-las — e acredito que não dará tempo para eu fornecer os dados aos senhores —, deveriam mudar de opinião. A realidade é que os árabes vão para a cama, à noite, pensando sobre o trabalho; acordam, todas as manhãs, pensando em seus filhos; e passam todos os dias pensando em como melhorar a qualidade de vida — como ocorre em qualquer lugar do mundo. E as revoltas árabes vieram mostrar isso. Tentou-se a todo custo ver alguma pontinha do Islã, alguma pontinha do chamado radicalismo, mas não houve absolutamente nada. Quem predominou foram outras forças sociais, que agora estão aí nesse processo muito difícil de transição. De qualquer forma, essa questão permanece.

Vou continuar com o caso da Líbia. Na Líbia, caótica, durante a eleição, o único fato foi a queda de um helicóptero. Morre-se menos do que em eleição no Brasil. Mas ela está o caos. Anteontem, no jornal *Folha de S.Paulo*, havia artigo de um importante jornalista, cujo título era *Caos na Líbia*. O texto — isso é fantástico! — nega o título do artigo ao afirmar que, nas eleições, foi tudo bem, que a Líbia está produzindo petróleo no nível de antes e que os radicais não ganharam as eleições. Está tudo bem, mas o título era *Caos na Líbia*.

Por fim, a imagem corrobora todas essas percepções e fecha um círculo. Como é possível sair desse caos? A saída do caos só pode ser: ou um governo ditatorial... E aí começa a justificativa. A *CNN* ontem estampou na sua página: "*Valeu a pena?*" Uma interrogação sobre a primavera árabe. Já estão fazendo a conexão, em decorrência dos acontecimentos recentes, com a questão da revolta



árabe. A outra saída, que ser articulada com a outra saída, é uma intervenção externa. Os nomes mudam: intervenção humanitária, intervenção externa, e, agora, responsabilidade de proteger. É a ideia de que só algo de fora pode trazer racionalidade para esse processo.

Só mais uma palavra, para encerrar. Eu acredito, portanto, que a atitude a tomar diante desse tema não é outra que não seja adotar os conceitos, princípios que nós aplicamos para analisar a América Latina, a Ásia ou qualquer outro lugar do mundo.

Interessante falar da religião, porque nós tivemos aqui na América Latina, no Brasil, uma experiência fantástica de articulação de religião e política, a Teologia da Libertação. Mas, na época, não me lembro de ninguém sair folheando a Bíblia para tentar entender o movimento político.

Encerro por aqui. Agradeço o convite. Essas questões que eu discuti, rapidamente, estão no texto que eu escrevi na revista do IPEA.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Apenas para registro de gravação, assume a Presidência, na posição de moderador dos debates, Deputado Federal Hugo Napoleão, do Estado do Piauí.

Quero agradecer a magnífica intervenção ao Prof. Reginaldo Mattar Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra à Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Subsecretária-Geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores, que falará a respeito do bloco BRICS.

Tem S.Exa. a palavra.

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS - Muitíssimo obrigada, ilustríssimo e excelentíssimo Deputado Hugo Napoleão, querido amigo de longa data.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar os meus sinceros agradecimentos pelo honroso convite para participar deste importante foro de discussões sobre a política externa brasileira.

Eu gostaria de muito especialmente felicitar a Deputada Perpétua Almeida pela iniciativa de organizar este encontro. Acho que é uma iniciativa não só



importante como muito oportuna, neste momento em que, por todas as intervenções que aqui me precederam, fica muito claro que a palavra de ordem nas relações internacionais é transformação. Todos os oradores que me antecederam até o momento não deixaram de utilizar essa palavra.

A última vez que este seminário ocorreu, pelo que fui informada, foi há 10 anos. E a transformação fica mais evidente quando nós pensamos que uma agenda deste seminário, há 10 anos, jamais traria a palavra BRICS. Possivelmente se trouxesse alguma referência à Primavera Árabe talvez fosse em referência a algum poema árabe. E muito dificilmente há 10 anos nós poderíamos discutir reforma do sistema financeiro internacional. Se falássemos isso há 10 anos, poderia soar como insanidade. De modo que esse debate é uma extraordinária oportunidade.

E é justamente a transformação que nos remete ao BRICS. Vivemos este momento de redesenho da governança global; redesenho esse necessário, porque todas as instituições gestadas no pós-guerra são instituições que trazem um *deficit* de representatividade e, portanto, um *deficit* de legitimidade. Esse *deficit* de legitimidade e essas circunstâncias de transformação são reafirmadas e reforçadas pelo cenário de crise econômico-financeiro, com epicentro — também isso é um sinal de transformação — nos países desenvolvidos.

Esse cenário de transformação abre espaço para a formação de novos foros de concertação e de cooperação. Esse é o caso do BRICS. Mas, antes ainda da conformação do BRICS, o que se deu na forma de cúpula apenas em 2009, nós tivemos, por iniciativa do Brasil, a formação do IBAS, esse foro que reúne Índia, Brasil e África do Sul, muito voltado para a cooperação Sul-Sul. Em 2003, formamos a Cúpula ASA — aspas —, "*que reúne os países da América do Sul e os países árabes*". Em 2006, pela primeira vez, organizamos a Cúpula ASA, que reúne os países da América do Sul e os países da África.

Quando falamos de BRICS no Brasil, em diferentes foros, imediatamente se associa o BRICS a Goldman Sachs, a Jim O'Neill, a idealização desse mecanismo para atrair investimentos sobre economias emergentes. O BRICS, que hoje chama a atenção do mundo, não é esse mecanismo. Esse mecanismo já cumpriu a sua função, fez fortuna daqueles que acreditaram na solidez e robustez das economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia e China, fez a fama do criador desse acrônimo



BRICS, mas hoje o que chama a atenção da comunidade internacional, dos meios governamentais, acadêmicos, jornalísticos, entre outros, é esse mecanismo político-diplomático que foi constituído por Brasil, Índia, Rússia, China e mais recentemente integrado pela África do Sul.

É importante mencionar que, da perspectiva brasileira, a ideia do BRICS não é inteiramente nova. No início da década de 90, quando o mundo estava mudando com a dissolução do Bloco Soviético, com queda do muro de Berlim, eu trabalhava em planejamento político no Itamaraty, e já nessa época nós desenhávamos cenários alternativos de parcerias importantes para o Brasil com países que, a exemplo do Brasil, eram detentores de vastos territórios, de grandes populações, de recursos naturais, e de certo grau de desenvolvimento científico-tecnológico. E esses países eram a Rússia, a China e a Índia.

Não é por outra razão que a parceria estratégia entre o Brasil e a China foi formalizada ainda em 1993. Posteriormente, também estabelecemos parcerias estratégicas com Índia, com Rússia e também com a África do Sul. Ou seja, bilateralmente são países já identificados pelo Brasil como estratégicos para o relacionamento bilateral.

Esse mecanismo político-diplomático, portanto, formado pelos cinco países, chama muito a atenção da comunidade internacional, justamente pela sua representatividade. É um grupo que representa cinco regiões do mundo. É um grupo que congrega 25,91% da área terrestre do planeta. É um grupo que representa 43% da população mundial, 18% do PIB nominal e 25% do PIB *per capita*, foi responsável, por 46% do crescimento econômico global entre 2000 e 2010. Em 2012 o BRICS será responsável por 56% do crescimento do PIB mundial. Portanto, é um grupo altamente representativo de grande relevância para o Brasil.

Mas o BRICS começou a se formar como mecanismo político-diplomático de forma muito — e ainda está em formação — despretensiosa, eu diria. Começou com reuniões de chanceleres à margem da Assembleia-Geral da ONU, ainda em 2006. Em 2007, nova reunião de chanceleres foi também organizada, um almoço em Nova Iorque. Em 2008 nós tivemos pela primeira vez uma reunião estruturada de chanceleres, que ocorreu por iniciativa da Rússia em Ecatimburgo.



Já nesta primeira reunião houve uma notável identificação de consensos. Entre tantos consensos, eu apontaria apenas alguns que me parecem muito relevantes e que moldam o perfil do BRICS. Um deles é a necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países, o outro é o fortalecimento do multilateralismo com a ONU desempenhando papel central, a necessidade de reforma da ONU e do Conselho de Segurança e o compromisso de contribuir para o cumprimento de metas de desenvolvimento do milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

Isso foi em 2008. Já em 2009 nós tivemos também em Ecaterimburgo a primeira cúpula. Em 2010, aqui no Brasil, a segunda. No ano passado, em Sanya na China, a terceira. E este ano a quarta cúpula realizada em Nova Déli.

Nessas reuniões que juntam os Chefes de Estado de Brasil, China, África do Sul e Rússia e o Chefe de Governo da Índia são passadas em revista as mais diferentes questões da agenda internacional. E o BRICS vem desde a sua concepção, desde a partir da primeira cúpula, atuando em duas vertentes principais. Uma é a coordenação de posições sobre temas políticos e econômicos, e a segunda vertente de atuação é a construção de uma agenda própria do BRICS.

A coordenação no plano político tem se dado muito em torno do fortalecimento da segurança e estabilidade internacionais, fortalecimento do multilateralismo, defesa da promoção da democratização do sistema internacional. O BRICS também tem atuado de forma muito coordenada na temática da mudança do clima. Atuou muito de perto, especialmente no grupo do BASIC, com vista para o sucesso da Conferência de Durban e também atuou de forma muito coordenada para a organização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável recentemente realizada no Rio de Janeiro, a Rio+20.

A coordenação na área econômica tem tido também um papel muito importante para a reforma da governança econômica internacional. Os BRICS têm atuado, têm formado um grupo muito forte em benefício da reforma do FMI, da reforma do Banco Mundial e da promoção dos interesses dos países em desenvolvimento no G-20.

É muito possível, é difícil dizer, mas é bem possível que a reforma do FMI acordada na cúpula do G-20 em Seul em 2010 não tivesse ocorrido sem uma



atuação coordenada do BRICS e com a representatividade ampla que o BRICS tem em termos populacionais, em termos de PIB e em termos de regiões.

Na área econômica, é importante destacar essa necessidade de reforma do FMI. No FMI, hoje ou até essa reforma, o BRICS tinha um poder de voto equivalente ao poder de voto de Holanda, de Bélgica e Itália, o que é absolutamente insustentável, quando consideramos, justamente, o peso econômico desses países hoje, países que representam a segunda economia do mundo. A China é o maior país exportador do mundo; o Brasil é a sexta economia; a Índia, com um forte crescimento econômico e previsões de se tornar a terceira economia do mundo, talvez já na próxima década. Enfim, era uma reforma absolutamente fundamental. Agora, essa reforma foi assinada e precisa ser, portanto, implementada.

O BRICS trabalha de forma muito coordenada em benefício da implementação o mais rápido possível dessa reforma. E acredito que, sem a coordenação do BRICS, nem essa reforma nem a sua implementação se dariam num horizonte previsível.

A segunda vertente de atuação do BRICS é justamente a de construção de uma agenda própria de cooperação intra-BRICS. E, nesse contexto, eu destacaria que, desde a II Cúpula realizada no Brasil, nós temos organizado também um foro empresarial do BRICS. Já organizamos um foro acadêmico, celebramos dois acordos entre os bancos de desenvolvimento do BRICS, em que o nosso BNDES tem um papel muito importante. Esses acordos são: um acordo para promoção de investimentos em moeda local; e outro para facilitação de cartas de crédito, o que deve contribuir para ampliar o comércio intra-BRICS. E, aqui, vale a pena chamar a atenção para o fato de que o comércio intra-BRICS, em 2002 era da ordem de 27 bilhões de dólares; o comércio, em 2011, foi de 299 bilhões de dólares. Evidentemente que a China tem a parte do leão nessa cifra, mas isso reflete a ampliação considerável do comércio intra-BRICS, e ainda há um espaço extraordinário para que esse comércio se amplie. Todos esses instrumentos são importantes nesse sentido.

Temos também uma agenda de cooperação entre diferentes áreas, como segurança alimentar, segurança energética, saúde, turismo, que se processam e devem continuar a se processar por meio de reuniões ministeriais.



A essas duas vertentes de atuação do BRICS, a vertente de coordenação de posições e organismos internacionais políticos e econômicos e a vertente de construção de uma agenda própria do BRICS, eu observaria que a última cúpula realizada em Nova Déli abre espaço para a construção de uma terceira vertente, que é a de cooperação com outros países. E isso se dá, porque, na Cúpula de Nova Deli, foi decidida a criação de um banco de desenvolvimento sustentável do BRICS. Essa é uma iniciativa extraordinária. Não é um banco que pretenda substituir outros bancos de desenvolvimento. O banco pretende, sim, trazer aportes complementares para financiar projetos de infraestrutura nos países do BRICS e em outros países. De modo que essa última cúpula marca um ponto de inflexão, abrindo a possibilidade de uma terceira vertente de desenvolvimento da cooperação do BRICS.

Como o BRICS é visto? O BRICS é visto por alguns com muito ceticismo. Há quem acredite que não há futuro para um grupo de países tão diversos culturalmente, historicamente. Há outros que veem o BRICS com muito entusiasmo e até já o classificam como um centro de influência e uma estrutura multipolar de poder, que passaria a reger o século XXI. E há ainda países ou setores em certas regiões que acreditam que o BRICS é um mecanismo, um foro que se está constituindo em prejuízo dos interesses de outros países.

E, aqui, eu observaria que, de fato, o BRICS não é mais um G, como tantos Gs já existentes, tantos grupos já existentes que se formam em torno de um único tema. O BRICS tampouco é uma coalizão ou uma aliança nos moldes tradicionais, mas ele é, sim, uma associação de países que une quase metade da humanidade e parcela crescente da economia mundial. Por isso, é um foro que entende sua responsabilidade na construção de uma ordem internacional renovada. É um foro que está disposto a contribuir para ampliar e reforçar as instituições da governança global e aumentar a capacidade dos países que o integram, e também a contribuir para ajudar outros países. É nesse contexto, por exemplo, que se insere a iniciativa do BRICS de alocar 75 bilhões para o Fundo Monetário Internacional. Essa é uma decisão que foi tomada em Los Cabos e que deverá, em breve, ser implementada.

Só para concluir — eu sei que já estou para me exceder no tempo —, eu gostaria de recordar aqui palavras do Ministro Celso Amorim, que foi um dos



grandes artífices da construção do BRICS, para qualificar esse novo foro que se forma. O Ministro Celso Amorim disse: *“Essas novas organizações, tanto o BRICS quanto o IBAS, estão ajudando a transformar o mundo, mas não de uma maneira que eles se tornem uma nova aristocracia. Não queremos ser uma elite de países emergentes nem queremos trocar uma velha aristocracia do G-8 por outra aristocracia. O que queremos é contribuir para criar um mundo mais democrático, um mundo em que a voz de todos seja ouvida”*.

Portanto, para aqueles que temem o BRICS, eu deixo muito claro que, na percepção brasileira, o BRICS não é necessariamente e não pretende ser um jogo de soma zero, segundo o qual, para um ganhar, o outro, necessariamente, terá que perder. Está, sim, disposto a promover uma situação *win-win*, de ganhos para todos, especialmente para os países em desenvolvimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Nossos agradecimentos à Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis por sua exposição sobre os BRICS.

Passamos agora a palavra à Sra. Cristina Pecequilo, Profa. da Universidade Federal do Estado de São Paulo — UNIFESP, que vai falar sobre os Estados Unidos.

A SRA. CRISTINA PECEQUILO - Boa tarde. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para estar aqui, na presença de todos os colegas, e compartilhar uma Mesa muito interessante, assim como foram todas as outras ao longo do dia. Essas Mesas não teriam sido possíveis sem esta iniciativa conjunta da Comissão de Relações Exteriores, por meio de sua Presidenta, a Deputada Perpétua Almeida, e também do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA. Acho sempre importante reiterarmos esses agradecimentos.

Minha exposição é intitulada *Nota sobre a relação bilateral Brasil/Estados Unidos* e está dentro de um contexto, inclusive, eleitoral nos Estados Unidos. Então, o meu objetivo é falar um pouco sobre como está a relação bilateral com os Estados Unidos e projetar cenários a partir da eleição presidencial que ocorrerá em novembro.

Nesse contexto, não vou reprisar muitas coisas que já foram ditas — e de maneira muito mais completa do que eu poderia abordar — sobre o contexto



geopolítico global, mas somente destacar três oposições, porque os Estados Unidos estão envolvidos em todas elas. E são oposições que afetam o interesse nacional brasileiro não só no âmbito da parceria bilateral, mas também, e principalmente, da inserção internacional do País de uma maneira geral.

Os Estados Unidos são uma potência hegemônica, eles são um país hegemônico. Então, as atitudes dos Estados Unidos não só necessariamente com relação ao Brasil, mas com relação ao mundo, terão impactos sobre todo o sistema internacional, no qual o Brasil se inclui.

Dessas três oposições, eu gostaria de destacar a primeira, que é a do progresso e da regressão ideológica. Nós observamos uma polarização das tendências de direita, com aumento da xenofobia, com o aumento dos preconceitos, num contexto também, como todos vêm repetindo, de transformação, e, ao mesmo tempo, o renascimento da Esquerda, de novas formas de pensar o mundo. Não necessariamente um renascimento completo e também não necessariamente uma polarização completa. Acho que todos esses processos continuam em andamento, e vai caber a cada Estado decidir a maneira como vai responder a esse desafio: se vai responder de maneira autônoma ou se vai responder de maneira subordinada ou que não busque o seu interesse.

Essa é a primeira oposição.

A segunda oposição é uma oposição entre as velhas governanças, as velhas estruturas de poder e o equilíbrio de poder que hoje vemos se formando, com todos esses desenvolvimentos, no âmbito do sul, seja no BRICS, seja na América do Sul.

Por fim, a última, que nos afeta tanto quanto as outras, é esse declínio da hegemonia dos Estados Unidos, não em termos militares — eles ainda detêm a unipolaridade militar —, mas em termos de politicamente moldar o mundo, de conduzi-lo a um cenário de estabilidade.

Na verdade, a maioria das ações norte-americanas hoje vem trazendo instabilidade, elas trazem mais incerteza. E o que isso demonstra? Que esse processo de reordenamento de poder global não vem sendo bem administrado pelos Estados Unidos. Mas por quê? Devido a uma natureza básica da hegemonia, que é a preservação de poder, e a uma dificuldade de se encontrar um consenso interno, nos Estados Unidos, de qual é esse papel. Então, dentro dos próprios Estados



Unidos vemos uma polarização entre aqueles que defendem um engajamento de grupos como os BRICS e outros que veem a ideia da contenção.

O que prevalece hoje? Eu diria que prevalece a contenção e uma visão ainda muito antiga do engajamento, ou seja, uma visão ainda de uma hegemonia que vai se engajar para conter o avanço desses novos países, desses polos emergentes, e não necessariamente para trabalhar ao lado deles em todas as situações.

Como o Brasil responde a esse cenário? Como isso se aplica na relação bilateral? Eu acho que ele tem que responder pela continuidade de relações internacionais de perfil autônomo e observar que as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos melhoraram, amadureceram, como o Ministro Patriota citou à tarde, a partir do momento em que nós tivemos trajetórias trocadas. O que isso significa? Que o Brasil passou a crescer, a partir de 2003, a partir do início da Presidência Lula, com uma gestão de relações internacionais de autonomia e assertividade.

A partir do momento em que se muda esse vetor da política externa, e a política externa brasileira adere a essa via que já vem sendo explorada há muitos anos pela China, pela Índia e mesmo pela Rússia, com maior vulnerabilidade, tem-se um reconhecimento maior do poder brasileiro.

Reconhecer o poder do outro não significa aceitar isso com tranquilidade. Relações entre potências não significam harmonia. Eu acho às vezes um debate um tanto equivocado esse que temos no Brasil de que tudo tem que correr bem numa relação, sem divergências. Muito pelo contrário, quanto mais adensamento se tiver numa relação bilateral, maiores vão ser as divergências, e isso é bom, porque nem sempre os Estados Unidos vão estar certos, e nem sempre o Brasil vai estar certo, ou os outros países do BRICS. A questão da cooperação não é encontrar sempre o consenso, é encontrar uma terceira ou uma quarta via.

A partir do momento em que o Brasil trocou essa trajetória, começou a crescer e a se afirmar, ele mudou a posição dele diante dos Estados Unidos. Lógico, não foi só porque o Brasil mudou de posição, mas também porque esse crescimento, essa trajetória foi acompanhada por um recuo dos Estados Unidos.

Pensar as relações bilaterais com os Estados Unidos, para nós, é uma das questões mais difíceis da política externa brasileira, porque é uma relação que vem carregada de peso histórico, de mitologia e de oposições que também considero



falsas, de falsas escolhas. “Devemos nos alinhar”, “devemos estar distantes” — isso é equivocado.

Então, o Brasil, ao escolher seu caminho, ele mesmo se valorizou diante dos Estados Unidos. Isso foi representado pelo diálogo estratégico estabelecido pelas Presidências Lula e Bush Filho em 2005, com uma reavaliação, que veio da Presidência norte-americana, de todas as suas relações com potências regionais — não foi só com o Brasil. O Governo Bush Filho se caracterizou, no seu primeiro mandato, por um profundo unilateralismo, que teve consequências políticas, econômicas e estratégicas para os Estados Unidos.

Então, a partir do segundo mandato, houve um recuo natural, e esse recuo enquadrou o Brasil também como um parceiro estratégico. Mas o que eu quero enfatizar é que é sempre pelos dois caminhos: não é só porque os Estados Unidos estão em declínio, mas também porque o Brasil se reafirmou diante desse cenário global.

Então, esse diálogo estratégico é baseado não só no reconhecimento do Brasil como estabilizador sul-americano, mas também na definição de temas estratégicos, entre os quais a energia, a questão do pré-sal, a questão do etanol. Ou seja, na convergência estratégica do interesse norte-americano, nós temos pontos que interessam a eles. O pré-sal interessa aos norte-americanos, o etanol interessa. Interessa ao Brasil ter um papel de equilibrador sul-americano nessa região.

Esse reconhecimento do diálogo estratégico se consolidou na Presidência Obama, na nova grande Estratégia de Segurança Nacional, a partir do que os democratas definiram como os novos centros de poder: Brasil, Rússia, Índia, China, Indonésia, África do Sul, todos os países que compõem os BRICS e também as grandes potências regionais.

Então, claramente está explicitado na grande Estratégia, que foi lançada em 2010, e também no *Quadrennial Defense Review*, que é um documento do Departamento de Defesa, que esse foco das potências regionais, potências emergentes tem que ser o foco da política externa norte-americana, sem abandonar a Europa, sem abandonar o Japão. Engajar-se e conter essas novas potências emergentes... Então, isso passa primeiro pelo diálogo, pela retórica. Então, é o diálogo estratégico, é esse reconhecimento.



Mas, aí, vem a questão: e o mundo real? Como isso se traduz no mundo real? Aquilo que os Estados Unidos estão falando nos seus documentos, eles estão praticando para o Brasil? De certa forma, eles continuam praticando a hegemonia. E muitas vezes essa hegemonia não é mais uma hegemonia que coopta para as estruturas. Então, o que a gente viu no final da Segunda Guerra Mundial? Houve uma cooptação dos outros Estados para essas estruturas. Hoje os Estados Unidos não fazem isso. O que seria cooptar hoje os BRICS? Reformar o FMI, reformar as negociações comerciais. Então, teria que haver esse movimento diferenciado. Mas isso só aparece no papel. Declara-se isso numa nova grande estratégia, mas, no debate interno norte-americano, isso não é consenso.

Então, o que a gente vê no mundo real? Uma sociedade norte-americana fragmentada, em crise econômica, com choques periódicos de interesses com os emergentes. Eu menciono sempre, como contraponto a essa retórica da nova grande Estratégia de 2010, a visão que o Presidente Obama teve num discurso frente ao Parlamento britânico em 2011, logo após a Primavera Árabe, no qual ele disse que os emergentes só podem ser emergentes porque os Estados Unidos criaram esse mundo, o mundo da democracia, o mundo da estabilidade. Então, é por isso que a China, a Índia e o Brasil têm que continuar trabalhando para os Estados Unidos, não podem se distanciar. É uma maneira de dizer *“tudo bem, nós reconhecemos o seu poder, mas é ainda um poder dentro de uma ordem”*, que é a ordem da Pax Americana. Então, há sempre essa dualidade.

Como é que isso se traduz nas Américas? A gente vai traduzir isso na busca de instalações de novas bases militares. Nós temos o Plano Colômbia, nós temos a Iniciativa Mérida, no México, um reposicionamento militar terrestre na região da América do Sul. Isso vem ocorrendo com base na justificativa do combate ao narcotráfico, mas está lá ocorrendo.

Nós temos a reativação da Quarta Frota, nós temos novas ações para a região do Atlântico Sul que não se aliam à visão desmilitarizada da política externa brasileira. Então nós temos a criação de um novo comando para a África, comando criado em 2007 e que atinge essa região do Atlântico Sul. Há a questão da tríplice fronteira e também a questão do pré-sal. Ou seja, eles estão se reposicionando estrategicamente em resposta a esse crescimento. Isso afeta o relacionamento



bilateral? Afeta, mas eu acho que de uma maneira positiva a medida reconhece o poder brasileiro. Mas indica ainda mais a necessidade de que, como eu disse antes, nós tenhamos continuidade na nossa postura externa, para que possamos amadurecer essas relações com os Estados Unidos.

No mundo, isso se reflete na ausência de mudanças nas estruturas multilaterais, na continuidade do protecionismo comercial, no unilateralismo, na resistência à própria multipolaridade. Então, existe esse discurso positivo, mas ele não é abordado.

E, aí, chegamos às perspectivas das eleições 2012. Para entendermos o que vai ocorrer, caso exista um republicano na Casa Branca depois do Obama, ou caso Obama seja reeleito, eu recomendo que não leiamos as plataformas de campanha. Essas plataformas estão extremamente voltadas para o público interno. Se nós pegarmos a plataforma democrata, veremos que do ponto de vista brasileiro ela é ótima: o Brasil é mencionado como nação emergente, fala-se em parceria com todo o mundo, com China, Índia, África do Sul, é realmente uma continuidade desse discurso que conhecemos do Obama.

Quando vamos para a plataforma republicana para a América Latina, é uma peça da Guerra Fria. O Brasil não é mencionado. Então nós temos como prioridades da agenda Romney uma retórica contra Cuba, contra a Venezuela, combate ao narcotráfico, combate à imigração ilegal. Mas aí vem a questão: Romney está dizendo isso como uma estratégia nacional de política externa ou ele está dizendo para o *lobby* cubano que vive na Flórida ou para o *lobby* do setor energético, que tem interesses na Venezuela? Então, não olhemos essas plataformas de um ponto de vista absoluto, pelo menos no caso do Brasil, mas olhemos aquilo que elas trazem por trás.

Romney pode ser que traga um novo estilo unilateral para a Presidência norte-americana. Logicamente e estrategicamente poderíamos dizer que isso não vai acontecer porque não deu certo com o Governo Bush, mas a gente sabe que nem sempre a política segue uma linha lógica. Nos Estados Unidos, principalmente: há grupos de interesse, há recortes muito específicos para regiões. Isso afeta não diretamente o Brasil, mas afeta o mundo, e aí, sim, afeta as relações do Brasil com esse mundo. Então, quanto à agenda do Romney, se a esprememos, não sai muito



para a América Latina. A campanha será voltada para temas domésticos, como está sendo, e para esses grupos direcionados.

O que eu poderia dizer para vocês? Em termos específicos das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, eu acho que pouco mudará em termos de reconhecimento do poder do Brasil e também do lugar da América Latina no pensamento norte-americano. A prioridade primeira ainda é Europa e Ásia.

O Embaixador Samuel mencionou a questão da estratégia do pivô asiático. Isso vem sendo colocado de uma maneira muito forte e é uma movimentação extremamente importante que a gente tem discutido pouco no Brasil. Há esse reposicionamento estratégico no Atlântico Sul e na região da América do Sul. Então tudo isso tem de ser repensado.

O que o Brasil faz diante disso? Qual é a resposta brasileira? Como eu disse, é a continuidade. Nós só ficamos mais fortes diante dos Estados Unidos quando assumimos uma postura autônoma e, mais ainda, quando diminuimos nossa vulnerabilidade estratégica nessa relação norte e sul que, por princípio, vai ser sempre assimétrica por conta do elemento militar. E não é assimétrica só com relação ao Brasil, mas também com relação ao mundo.

Então, o Brasil precisa continuar tendo, para ser reconhecido pelos Estados Unidos e pelo mundo, uma estratégia nacional coerente, um projeto interno que continue baseado no desenvolvimento, no crescimento e na justiça social. Continuamos nesse caminho, uma política externa de eixos combinados.

E, mais importante ainda, eu acho que é preciso — uma coisa que ainda fazemos pouco no Brasil — compreender os Estados Unidos. Quais são as motivações norte-americanas? Qual é a trajetória norte-americana? Quais são as dificuldades que eles enfrentam hoje? Enquanto **nós** não compreendermos isso com um olhar sem maniqueísmo, ou seja, para o bem ou para o mal, para o alinhamento ou para a autonomia, não compreenderemos como eles agem. Eles vão conter países em posição de força? Vão, é natural. Mas aqueles países que não têm força eles ignoram. Então, é preciso que o Brasil continue na sua trajetória, entendendo que o relacionamento entre potências não é uma via de mão única e que, para o Brasil continuar sendo forte no mundo, em primeiro lugar, ele precisa continuar sendo forte dentro da sua própria casa.



Então, não adianta eu chegar aqui para vocês e falar: *“Olha, as relações bilaterais dos Estados Unidos com o Brasil são mais fortes ou vice-versa”*. E que os Estados Unidos reconhecem o Brasil ou que o mundo reconhece o poder brasileiro. Em primeiro lugar, é preciso que a sociedade brasileira reconheça o trabalho pelo poder brasileiro. A partir daí, nós vamos conseguir se manter, tendo um relacionamento maduro e de potência com os Estados Unidos.

Sr. Presidente, eu vou encerrando por aqui. Agradeço mais uma vez, lembrando que estas reflexões eu tenho desenvolvidas também num livro sobre as relações bilaterais Brasil/Estados Unidos.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - agradeço à Profa. Cristina Pecequilo, da Universidade Federal de São Paulo — UNIFESP e convido a nossa Presidenta Perpétua Almeida para assumir este último momento do nosso seminário de hoje, quando vamos ouvir o último expositor, o Prof. Paulo Daniel Elias Farah, que falará sobre Oriente Médio e Primavera Árabe, que, num primeiro momento, teve todo aquele... e vive um momento conturbado agora com o assassinato do embaixador americano e algumas outras questões começam a acontecer.

Então, eu peço à nossa Presidenta que assuma os trabalhos, já passando a palavra ao Prof. Paulo Daniel Elias Farah.

O SR. PAULO DANIEL ELIAS FARAH - Muito obrigado. Boa noite a todos.

Eu quero agradecer inicialmente a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a sua Presidenta Deputada Perpétua Almeida. Quero parabenizá-la por este fundamental seminário organizado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Eu vou iniciar a minha fala fazendo uma breve explanação conceitual. Como se sabe o Oriente Médio é um termo que traduz e expressa uma visão eurocêntrica, com base na qual se determina ou que se vê como um Oriente próximo, médio ou extremo.

Eu acho que para nós seria interessante uma terminologia própria da região que nos ajuda a entender a sua pluralidade, que é a de Machrek, Maghreb e Khalid ou o Golfo.



O Maghreb é a região do poente, que vem da partícula (*ininteligível*), que indica um locativo, e (*ininteligível*) ocidente, são as localidades ocidentais do mundo árabe que vão da Líbia até a Mauritânia. O Machrek, que é o levante, a região oriental desse mundo árabe, engloba os países entre o Egito e o Iraque. E, por fim, nós temos o Khalid, que são os Estados do Golfo da Península Arábica.

Nessas regiões os movimentos de contestação demandam reformas e demonstram a pluralidade dessas sociedades, que são marcadas por uma diversidade cultural, política e econômica e por identidades múltiplas, para citar aqui o grande pensador Edward Said.

Nesses espaços e no entorno convivem árabes, curdos, turcos, armênios, cristãos, judeus, mulçumanos, entre outras populações e religiões. Este é um tema objeto de estudo de uma das disciplinas que eu ministrei na Pós-Graduação da USP, que é sobre formação e manutenção da identidade árabe.

É importante ressaltar aqui o grande interesse que a sociedade brasileira possui por essas culturas, como atestou recentemente a exposição *Islã: Arte e Civilização*, que foi a maior mostra temática do mundo em 2010, co-realizada pelo Centro Cultural Banco do Brasil — CCBB e pela BIBLIASPA, Biblioteca/Centro de Pesquisa América do Sul — Países Árabes, com fundamental apoio do Itamaraty e do Ministério da Cultura.

Então, de fato, o Brasil apresenta características que permitem o desenvolvimento de uma relação privilegiada com o mundo árabe e com o mundo islâmico. O nosso País passou por uma transição bem-sucedida da ditadura para um modelo de democracia estável, cuja experiência nós podemos compartilhar. Ademais, o Brasil não possui a imagem desgastada e abriga a maior comunidade de ascendência árabe fora das localidades de origem. São mais de 16 milhões de árabes e descendentes, e São Paulo é a maior cidade árabe fora do mundo árabe.

Essa presença expressiva, assim como a de grupos de outras procedências, deve ser considerada na elaboração da política externa brasileira. Para citar historicamente um breve relato, no Brasil oitocentista mulçumanos organizaram o principal levante urbano contra a escravidão, a Revolta dos Malês, em 1835. Aqui eu cito uma obra do erudito Abdurrahmán bin Abdullah Al-Baghdádi, chamada *Deleite do Estrangeiro em Tudo que é Espantoso e Maravilhoso*, estudo de um relato de



viagem bagdali, que demonstra o nível de organização dessas sociedades mulçumanas no Brasil do século XIX. Aqui existia o que se chama de *ummah*, um senso de comunidade.

Essa presença significativa da comunidade de origem árabe na América do Sul, particularmente no Brasil, e a política de aproximação de blocos regionais políticos e econômicos para promover objetivos comuns nos planos birregional e internacional ajudaram a promover, em 2005, como foi citado aqui, por uma fundamental iniciativa brasileira, a 1ª Cúpula América do Sul-Países Árabes, aspas, “cuja institucionalização tem servido de plataforma para formulação e para implementação de uma agenda construtiva entre ambas as regiões”. A declaração final dessa cúpula, denominada Declaração de Brasília, consolidou em seu texto posições e aspirações comuns aos países árabes e sul-americanos.

A ASPA reforça o relacionamento bilateral com os países árabes, que, no caso do Brasil, é intenso e tem aumentado nos últimos anos. Na década passada, o comércio inter-regional cresceu mais de 4 vezes. No caso do Brasil, o intercâmbio comercial passou de 5,48 bilhões, em 2003, ano em que a ideia da ASPA foi lançada, para 19,54 bilhões de dólares em 2010, um incremento de 260%.

Em agosto daquele ano foi assinado o primeiro acordo comercial do MERCOSUL com um país árabe, o Egito. É um exemplo eloquente da intensificação dessas relações comerciais é justamente a crescente atuação de empresas aéreas do Oriente Médio no Brasil e na América do Sul. Nos últimos anos, empresas aéreas de Doha, a Qatar Airways, de Dubai, a *Emirates*, da Turquia, a *Turkish*, e agora muito recentemente de Abu Dhabi, a *Etihad*, inauguraram voos diretos para o Brasil.

No caso de países com menor capacidade de desenvolver vínculos bilaterais, por limitações de recursos humanos ou financeiros, a ASPA oferece a oportunidade de estabelecer um diálogo constante.

No contexto do mecanismo ASPA, cuja segunda cúpula ocorreu em Doha, no Qatar, em 2009, promoveram-se atividades no âmbito cultural e educativo que estimulam um maior conhecimento mútuo entre os povos dessas regiões, pré-requisito para o estreitamento das relações diplomáticas, culturais e econômicas.



Desde 2003, quando foi criado o mecanismo ASPA, destacam-se iniciativas que promovem a reflexão crítica, como a publicação de livros nos idiomas português, árabe, espanhol, além de outros idiomas como o inglês e o francês, a tradução de obras, a realização anual do Festival Sul-Americano da Cultura Árabe, que, no próximo ano, vai ocorrer em diversas capitais brasileiras e em Buenos Aires, a organização de congressos, cursos e debates que, como este, ajudam a promover a reflexão crítica, a organização de mostras de cinema e publicações acadêmicas.

No próximo mês, vai ocorrer a 3ª Cúpula ASPA, em Lima. Inúmeras são as oportunidades nessas áreas. Nesse acercamento, é importante dizer que o Brasil deve consolidar e ampliar as suas relações privilegiadas com os países do Machrek, do Maghreb e do Khalid, por meio de um diálogo respeitoso, digno e não invasivo, sem que isso implique qualquer tipo de concessão em áreas fundamentais, como os direitos humanos, a livre expressão, a inclusão social e o meio ambiente.

Essa cooperação abrangente e as transformações vigentes vão requerer um dinamismo econômico diferenciado, a reedificação do Estado de Direito, a consolidação das instituições, a garantia de liberdades e a visão de futuro.

A política externa do Brasil em relação ao Oriente Médio caracteriza-se por uma postura não intervencionista, cautelosa e centrada em busca de soluções para impasses por meios pacíficos.

O Itamaraty compreende que o emprego da força militar na região gera repercussões graves e altera a narrativa dos movimentos de contestação que nós observamos no Oriente e no Norte da África.

As chamadas grandes potências têm as suas agendas próprias, e o Brasil demonstra não querer endossar essas agendas, mas reforçar o quadro da ONU e também defender os seus próprios interesses.

O Oriente Médio e o Norte da África controlam 68% das reservas mundiais comprovadas de petróleo, uma *commodity* que possui relevância ímpar na economia regional e que pode contribuir para o entendimento de certos aspectos do caso da Líbia, do Bahrein e de outros países da região.

No Golfo, por exemplo, 75% da renda nacional advêm do petróleo. Há que se resistir, portanto, aos apelos de cunho militarista que anunciam soluções imediatas para problemas complexos. Observe-se, por exemplo, o que ocorreu no Iraque, país



que até hoje não conseguiu se acoplar e que ainda sofre as consequências de uma intervenção militar.

As divisões no Iraque eram aplainadas pela República. Entre 1958 e 1978, aquele país conseguiu paulatinamente suplantar as suas divisões em função da entidade iraquiana. Atualmente, após a ação militar que devastou o país e a sociedade, impera o sectarismo. Nesse quadro tenso, no entanto, atuam grupos reformistas. Aqui cabe destacar que Bagdá vai ser a capital da cultura árabe em 2013, e lembrando que o Iraque é o segundo exportador da OPEP; portanto, um país importante para o Brasil.

Entre os desafios que urgem no Oriente Médio e na África do Norte, pode-se destacar, além da criação de postos de trabalho, melhoria das condições de vida, maior participação política e ascensão e proteção social, um planejamento público adequado. Embora os países árabes tenham apresentado crescimento econômico, ao longo de última década, de aproximadamente 5% ao ano, o incremento populacional elevado, entre outros fatores, tem dificultado aumentos significativos na renda *per capita*. Nacionalmente, os níveis variam de 960 dólares, na Mauritânia, a 66.800 dólares, no Qatar. A média regional é de cerca de 5 mil dólares. Em muitos casos, o uso, a ocupação e a apropriação do solo urbano não contemplaram o direito à participação nas deliberações acerca das cidades, o que acirrou os problemas estruturais.

As populações árabes também têm sofrido com o aumento global dos preços dos alimentos causado por políticas comerciais distorcidas. Num contexto em que os países árabes são os maiores importadores líquidos de alimentos do mundo, em que os preços dos alimentos estão aumentando consideravelmente, o Brasil pode compartilhar a sua experiência na área de segurança alimentar. Em algumas regiões, pode também beneficiar-se das técnicas árabes de irrigação. No setor agrícola, no alimentício em geral, há grande potencial para que o Brasil receba investimentos árabes, a fim de assegurar o fornecimento de alimentos.

O reconhecimento do Estado da Palestina por parte do Governo brasileiro, as críticas ao quarteto formado por Estados Unidos, Rússia, União Europeia e o Secretário-Geral da ONU, e a visão de uma região sem conflitos e com plenos direitos para todos, angariaram respaldo para o Brasil de países árabes e islâmicos



em órgãos vinculados, por exemplo, à ONU e à OMC. Expressão recente dessa atuação em prol de uma solução pacífica e mediada foi a organização aqui citada, no último 10 de julho, por iniciativa do Ministro Antonio Patriota, do seminário “Lado a Lado — a Construção de Paz no Oriente Médio, um Papel para as Diásporas”, que contou com a participação de especialistas e escritores, além de expoentes das comunidades de origem árabe e judaica, dos países do MERCOSUL. O objetivo foi debater o papel dos integrantes das diásporas no aporte de insumos criativos e valiosos para a busca de paz.

No ano que vem, como sabemos, completam-se 20 anos dos acordos de Oslo, mas a perspectiva de um acordo de paz entre palestinos e israelenses parece longínqua. Esse vai ser um dos temas do Fórum Social Temático Palestina, que ocorrerá em novembro, em Porto Alegre — um importante evento.

Eu quero falar um pouco brevemente também sobre os desafios da política externa brasileira. Eu creio que se destaca a necessidade de formação e qualificação de especialistas em temas árabes e islâmicos.

O domínio dos idiomas locais, com destaque para o árabe, vai abrir caminho também para o acesso diferenciado à cultura e às sociedades regionais e evitar uma compreensão parcial de questões limitadas pela intermediação de uma terceira língua, como o inglês ou o francês, além de revelar por vezes discursos díspares em idiomas distintos.

Eu acho importante dizer que o árabe é falado em 22 países como idioma oficial. Ele representa uma língua relevante em mais de 50 países de maioria islâmica e é uma das línguas oficiais da ONU. O alfabeto árabe é o segundo mais comum no mundo, após o alfabeto latino, e é utilizado para escrever dezenas de idiomas, incluindo o urdu, o persa, o pashto e o dari.

O sistema educacional no Brasil, no entanto, não reflete essa realidade contemporânea em que idiomas como o árabe, o chinês, o japonês, são amplamente utilizados. O estudante brasileiro não possui nenhuma opção além do inglês e do espanhol nas escolas públicas. Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil o estudante que deseja aprender qualquer outro idioma deve ingressar em cursos extracurriculares, quase sempre caros e raros.



É fundamental que o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação permitam que o aluno brasileiro opte entre as várias línguas na escola pública, de acordo com o seu interesse e sua identificação. Isso vai beneficiar as mais distintas áreas, como o comércio, a tradução e, com certeza, a área diplomática.

A ampliação do ensino de idiomas, que implica o contato com as respectivas culturas e o conhecimento delas, uma vez que língua não é apenas sistema, vai ao encontro da expansão das relações diplomáticas brasileiras, evidenciada nos últimos anos pela abertura de diversas embaixadas na Ásia e na África.

Nos últimos anos, apoiada por uma fundação do Qatar e pela UNESCO, a BIBLIASPA — Biblioteca/Centro de Pesquisa América do Sul - Países Árabes — desenvolveu um programa de língua e cultura árabe em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Buenos Aires, o que mostra que o interesse de brasileiros das mais distintas origens e religiões é intenso.

As limitações de ordem burocrática e jurídica em um sistema educacional que não prevê a pluralidade prejudicam a formação de especialistas.

É importante dizer também, para concluir, que o ensino de idiomas do Oriente Médio no Brasil, como o árabe e o hebraico, deve ser acompanhado da intensificação do ensino da Língua Portuguesa no Oriente Médio e na África, um fato bastante positivo que vem ocorrendo em alguns países.

Por fim, quero manifestar que, neste momento em que o Brasil tem recebido cada vez mais imigrantes, após anos em que a emigração excedia a imigração, o conhecimento das culturas e das línguas de origem é cada vez mais essencial. O tratamento oferecido aos imigrantes, o que se espera continue a existir no contrafluxo da tendência mundial, de repressão e expulsão, vai ser um dos desafios do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agradeço ao Sr. Paulo pelas suas palavras, ao Prof. Reginaldo, à Cristina, à Embaixadora Edileuza e ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Todos reconheceram nas falas de hoje que este é um momento importante em que o Congresso Nacional vivencia e compartilha com a academia, os



estudantes que aqui vieram, o corpo diplomático, as nossas embaixadas e o Parlamento em geral.

Agradeço a presença de todos.

Antes de encerrar a reunião, convido-os para um coquetel que já deve ter se iniciado e também para as Mesas de amanhã. Pela manhã, haverá duas mesas: uma sobre energia e geopolítica e outra sobre Brasil e cooperação internacional. Na parte da tarde, abordaremos a ascensão da China e os desafios do Brasil.

Para nós, é importante a presença dos senhores. Por isso agradeço a presença daqueles que ficaram aqui até agora.

Dou por encerrado este seminário.

Até amanhã! Muito obrigada! (*Palmas.*)